

# OS NOSSOS MUNDOS EM 2020-2030

MARCOS OLÍMPIO GOMES DOS SANTOS<sup>1</sup>

**MÓDULO 4**

***PORTUGAL***

Évora

30/07/2011

---

<sup>1</sup> Sociólogo. Investigador externo do Centro de Investigação em Sociologia e Antropologia “Augusto da Silva” da Universidade de Évora

1 QUESTÕES INTRODUTÓRIAS, METODOLÓGICAS E REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2 PANORAMA GLOBAL

3 UNIÃO EUROPEIA

**4 *PORTUGAL***

5 ALENTEJO

6 ÉVORA

7 LÉXICO

8 ANEXOS

## SIGLAS

ANEOP Associação Nacional de Empreiteiros de Obras Públicas

APREN - Associação Portuguesa de Energias Renováveis

BES – Banco Espírito Santo

CGEE - Centro De Gestão e Estudos Estratégicos

CIP – Confederação Empresarial de Portugal

CISA-AS – Centro de Investigação em Sociologia e Antropologia “Augusto da Silva” (Universidade de Évora)

DPP - Departamento de Prospectiva e Planeamento

DPPRI - Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais

ESPON - European Spatial Planning Observation Network

EUA – Estados Unidos da América

IDT – Investigação e Desenvolvimento Tecnológico

IGT – Instrumento de Gestão Territorial

IP – Itinerário Principal

IPCC - Painel intergovernamental para as Alterações Climáticas

LNEG – Laboratório Nacional de Energia e Geologia

MAOTDR - Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional

MISP - Mitigation Strategies In Portugal

PEST – Acrónimo das seguintes dimensões: Político-Legal, Económico, Socio-cultural e Tecnológico

PIN – Projectos de Interesse Nacional

SaeR – Sociedade de Avaliação Estratégica e Risco, Lda

SOBER – Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural

SRES - Special Report on Emissions Scenarios

TGV – Transporte de Grande Velocidade

UE – União Europeia

## RESUMO

Este módulo incide sobre o futuro provável para Portugal, no horizonte 2020-2030, inserindo-se num dos lemas do CISA-AS “criar, difundir e aplicar conhecimentos” e na linha de investigação transversal sobre Prospectiva.

Para o efeito são apresentados mais à frente os resultados decorrentes duma pesquisa bibliográfica e os Resultados da aplicação a 23 respondentes um inquérito sobre as suas perspectivas para 2020-2030 em relação ao que poderá melhorar ou piorar para o país.

Palavras-chave: Prospectiva; Cenários, Portugal.

## ÍNDICE

Introdução e Metodologia.....	05
1. Revisão bibliográfica da informação disponível.....	06
2. Resultados obtidos no estudo exploratório.....	18
3. A situação actual e antecedentes.....	22
Discussão, Conclusões e Considerações finais.....	27
Bibliografia.....	28
Anexos.....	31
Anexo I	Projecto Farol – Uma ambição para Portugal
Anexo II	Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS)
Anexo III	Quadro de Referência Estratégico Nacional
Anexo IV	Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural – 2007 – 2013
Anexo V	Plano Estratégico Nacional do Turismo
Anexo VI	Lei de Bases da Política do Ordenamento do Território e do Urbanismo

## INTRODUÇÃO E METODOLOGIA

### INTRODUÇÃO

Com a finalidade de despertar o interesse por parte aqueles(as) que não têm tido contacto com esta matéria e, para lançar bases que permitam ganhar espaço para captar um público que proporcione um avanço dos contributos neste âmbito.

Para este efeito foi enviado a um conjunto de potenciais respondentes um questionário com quatro questões abertas tendo-se pedido que cada inquirido respondesse às questões sobre as quais se sentia à vontade para emitir a sua opinião.

A questão que foi colocada Como será provavelmente aos diversos níveis o mundo entre 2020 e 2030?

### METODOLOGIA

Abrangeu dois tipos de procedimentos. Inicialmente foi efectuada a realização de uma análise bibliográfica que incidiu sobre a informação disponível agrupada por temas como cenários, tendências e desafios. Nesta revisão bibliográfica específica, privilegiou-se a análise de estudos mais recentes elaborados depois de ter estalado a actual crise socioeconómica.

Seguidamente foi elaborado e aplicado um questionário a uma amostra de conveniência que incluiu 23 respondentes aos quais foi solicitado que indicassem os aspectos da sociedade portuguesa que poderiam estar melhor ou pior entre 2020 e 2030.

.Esses respondentes foram seleccionados de acordo com uma listagem elaborada pelo autor e depois contactados por e-mail ou pessoalmente.

As respostas foram agrupadas em categorias estabelecidas de acordo com dimensões da análise PEST.

# REVISÃO ESPECÍFICA DA INFORMAÇÃO DISPONÍVEL SOBRE O FUTURO DE PORTUGAL E PROPOSTAS DE ACTUAÇÃO

## NOTA PREAMBULAR

Sobre o futuro de Portugal foram recolhidas publicações dos autores assinalados seguidamente.

J. F. Ribeiro (s/d) na sua comunicação Cenários para a economia portuguesa no horizonte 2020, apresenta dois cenários contrastados: Cenário “Continuidade” e Cenário “Antecipação”. Ernâni Lopes que formulou dois cenários potenciais: um, espontâneo, de definhamento, e, um outro, aspiracional, de afirmação. R. Aguiar (2010) que dá a conhecer para Portugal tendências e diferenças entre os vários Cenários para o país, obtidas com base num estudo MISP (2007), que, incidem sobre temas tais como: Demografia, Ocupação do território, Zonas Naturais, Indústria e Serviços, Transportes, Energia, Agricultura, Pecuária, Pescas, e, Florestas.

## OS CENÁRIOS RECENTES

J. F. Ribeiro (s/d) na sua comunicação Cenários para a economia portuguesa no horizonte 2020, apresenta dois cenários contrastados: Cenário “Continuidade” e Cenário “Antecipação”.

### Cenário “Continuidade”

Os traços que caracterizam esta situação são os que constam seguidamente:

- ✓ Dispersão;
- ✓ Florestação;
- ✓ Acolhimento & Lazer;
- ✓ Concentração ou Internacionalização;
- ✓ Portugal Periferia;
- ✓ Extensão;
- ✓ Centralização & Infra-estruturas.

Como elementos definidores subjacentes ao cenário em apreço são:

- ✓ Portugal desenvolver-se-ia sobretudo como destino turístico e residencial europeu;
- ✓ Seria um país com tendência à desindustrialização, que se estenderia ao sector automóvel;
- ✓ Mas estaria bem posicionado na exploração de energias renováveis e das suas tecnologias e na exportação de produtos ligados à fileira florestal (pasta e papel) e de especialidades agrícolas;
- ✓ Apostaria na conectividade digital e nos serviços que esta permite realizar à distância desde que não sejam exigentes em qualificações (*call centres* & serviços partilhados);

- ✓ Exploração da fachada atlântica na relação com o Brasil;
- ✓ Continuação do desenvolvimento extensivo das principais áreas urbanas, em torno de novas acessibilidades; forte utilização de reservas estratégicas de água para aplicações não vitais;
- ✓ Conjunto de investimentos em infra-estruturas de conectividade internacional procurariam reduzir algumas das limitações do carácter periférico de Portugal reforçando a integração na economia de Espanha;
- ✓ Aposta prioritária nos transportes públicos colectivos, com expansão do modo ferroviário pesado e ligeiro; esforço de difusão de biocombustíveis em larga escala nos transportes rodoviários urbanos; por dificuldades de coordenação dos actores e de integração de soluções manter-se-ia apesar disso, uma predominância clara do transporte individual;
- ✓ Generalização do uso de energias renováveis no sector residencial e serviços com substituição avulsa de equipamentos e soluções utilizadoras de electricidade, com aumento de eficiência no seu uso;
- ✓ No sector de transformação energética consolidar-se-iam dois grupos energéticos com escala de operação ibérica e internacional que continuariam a controlar em conjunto os mercados de gás natural e de electricidade em Portugal, num contexto de forte oligopolização;
- ✓ O principal sumidouro residiria na floresta, pressupondo uma drástica redução dos incêndios.

### **Cenário “Antecipação”**

Os traços que caracterizam este cenário são os seguintes:

- ✓ Polarização;
- ✓ Agro-Florestal& bioc.;
- ✓ Descentralização;
- ✓ Plataforma de Inovação & Integração;
- ✓ Requalificação & Prevenção;
- ✓ Plataforma Europeia Passag & Carga;
- ✓ Comunicações & Competição.

Como elementos definidores há a salientar os seguintes:

- ✓ Portugal teria, como no cenário anterior, um forte crescimento do turismo, mas com uma maior componente cultural e histórica, de serviços de saúde e cuidados pessoais e das actividades mais sofisticadas de entretenimento e lazer;
- ✓ Afirmar-se-ia em actividades de base industrial mais intensivas em competências e conhecimentos – sendo exemplos os dispositivos médicos e equipamentos para saúde, as comunicações e electrónica, o automóvel (mobilidade eléctrica e híbrida) e a aeronáutica;
- ✓ Desempenharia funções mais sofisticadas enquanto plataforma de integração e serviços associadas às multinacionais de economias emergentes da Ásia, incluindo uma vertente de centros de competências e de I&D;

- ✓ Travagem da urbanização extensiva com grande investimento na renovação do “casco urbano” das cidades que foram mais “esvaziadas”; aposta em cidades mais compactas e com edifícios novos capazes de maior eficiência no uso da água e energia;
- ✓ Conjunto de investimentos em infra-estruturas de conectividade internacional permitiriam uma maior diferenciação de funções geo-económicas de Portugal no contexto da península ibérica;
- ✓ Aposta prioritária nas comunicações e na virtualidade para reduzir necessidades de mobilidade urbana; recurso maciço às TIC sob a forma de sistemas de transporte inteligente; multiplicação de empresas que prestam serviços de transporte urbano *on demand* em veículos não poluentes;
- ✓ Redução da intensidade do consumo de combustíveis fósseis no sector residencial e serviços e maior uso de renováveis; concentração de mudanças nos “grandes objectos urbanos””: parques de escritórios, condomínios fechados e grandes urbanizações caminhando para soluções com “energia zero”;
- ✓ Introdução numa das grandes cidades do país, de redes de abastecimento de hidrogénio para alimentar os veículos pesados de passageiros e os veículos privados individuais, com incentivos fiscais à circulação e ao consumo;
- ✓ Forte concorrência no sector de transformação energética com o surgimento de fornecedores de gás natural e electricidade descentralizada;
- ✓ Difusão precoce de instalações de chp funcionando com *solid oxid fuel cells (sofc)* e maior recurso à produção descentralizada de electricidade com renováveis, designadamente de pequena e micro dimensões associada a redes distribuídas de electricidade e micro-redes inteligentes;
- ✓ *Outsourcing* em larga escala das actividades de gestão energética por parte de entidades empresariais e condomínios de utilizadores, com forte crescimento dos *energy service providers*, que alargariam o seu negócio à prestação de vários serviços;
- ✓ Na segunda metade do período iniciar-se-ia a instalação de infra-estruturas para abastecimento dos veículos movidos a *fuel cells* recorrendo ao hidrogénio ou ao metanol.

De acordo com o autor, o que o cenário de mudança tem a mais do que o cenário tendencial são os indicados seguidamente:

- ✓ Mais: Eficiência Energética
- ✓ Mais: Electricidade Distribuída
- ✓ Mais: “Investimento na Conectividade Internacional -aeroportos & portos
- ✓ Mais: Serviços às empresas & Serviços de Saúde; Entretenimento digital & Audiovisual; Aeronáutica & Automóvel; Electrónica & Comunicações
- ✓ Mais: Investimento na adaptação às alterações climáticas; Investimento na requalificação do “casco urbano”; Investimento na Conectividade Internacional – aeroportos & portos
- ✓ Mais: Inovação Tecnológica & organizativa nos Transportes Rodoviários -

Para Ernâni Lopes a Portugal deparam-se dois cenários potenciais: um, espontâneo, de definhamento, e, um outro, aspiracional, de afirmação.

No que se concerne ao primeiro cenário, as perspectivas para o país são a sobrevivência medíocre ou a degradação consistente; Já em relação ao segundo, as perspectivas apontam para um desenvolvimento frustrado ou a afirmação estratégica.

Perante estes cenários a afirmação consistente da economia portuguesa requer segundo Ernâni Lopes, a aposta em domínios dotados de potencial estratégico, (ou desígnios nacionais), em número de 4 + 1: o Turismo, o Ambiente, as Cidades e Desenvolvimento e, os Serviços de Valor Acrescentado – nestes últimos estão incluídos os Seniores Afluentes, a Educação e Formação, as Relações Internacionais e a Saúde – e, em apêndice, o denominado “hipercluster” da Economia do Mar,<sup>2</sup> como acrescenta P. V. Serra (2008).

Neste quadro, a afirmação de Portugal, no que respeita à economia global, ainda segundo Ernâni Lopes passa nas próximas décadas por uma acção coerente e concertada com a Europa, com África e com o Brasil, acrescentando o autor que quando nos debruçamos sobre os quatro primeiros domínios de potencial estratégico, sentimos que, mais depressa ou mais devagar, algo vai acontecendo, já no que corresponde ao “hipercluster” da Economia do Mar está quase tudo por fazer ou, no mínimo, está tudo muito subaproveitado.

R. Aguiar (2010) dá a conhecer para Portugal tendências e diferenças entre os vários Cenários para o país, obtidas com base num estudo MISP (2007), que, como se poderá ver nos parágrafos seguintes incidem sobre temas tais como: Demografia, Ocupação do território, Zonas Naturais, Indústria e Serviços, Transportes, Energia, Agricultura, Pecuária, Pescas, e, Florestas.

Demografia – Depois de um pico de 10 400 000 habitantes cerca do ano 2020, é provável que a longo prazo se possa verificar a manutenção da dimensão populacional face ao valor considerado em dois cenários (A1 e B1), com cerca de 9 700 000 habitantes. Um outro cenário (A2) acolhe o aumento para cerca de 10 700 000 habitantes. Num quarto cenário (B2) a redução aponta para cerca de 8 900 000 habitantes<sup>3</sup>. Em quaisquer dos casos ocorrerá sempre uma forte redução populacional nas zonas não urbanas.<sup>4</sup>

Ocupação do território – Continuará o desaparecimento dos montes e aldeias isoladas, e a concentração em vilas e cidades; no entanto segundo R. Aguiar (2010) terá lugar o aumento de segundas habitações para lazer e turismo rural e ambiental. Concomitantemente persistirá o aumento da pressão sobre a zona litoral devido também ao desenvolvimento do Turismo. Porém face aos impactos das alterações climáticas sobre as zonas preferidas para habitação e lazer, o autor refere que se pode esperar por exemplo a deslocação de preferências turísticas do Algarve para o Litoral Oeste. No que se refere ao parque habitacional regularmente ocupado, apresenta um número de habitações regularmente ocupadas que aumenta para

---

<sup>2</sup> Neste hypercluster, cabem muitas actividades, mas para Ernâni Lopes há quatro áreas fundamentais: «Logística, Portos e Transportes», «Náutica de Recreio e Turismo Náutico», «Pescas, Aquacultura e Indústria da Pesca» e «Energias, Minerais e Biotecnologia», áreas que constituem a base para uma estratégia bem mais vasta.

<sup>3</sup> A manterem-se os factores que podem conduzir a este cenário, segundo Medina Carreira é provável que em 2020 as despesas sociais absorvam 100% dos impostos, depois de em 2015 terem atingido os 93%. Fonte:

<http://www.ver.pt/conteudos/verArtigo.aspx?id=1221&a=Geral>

<sup>4</sup> R. Aguiar esclarece que estes valores de população são já parte da modelação MISP, e foram obtidos através de uma correcção das projecções CIESIN (2002) com valores dos Censos de 1991 e 2001.

números rondando os 5 100 000 em dois cenários (A1 e B1), 4 900 000 num outro cenário (A2), e 4 500 000 num terceiro (B2).<sup>5</sup>

Zonas Naturais – A expansão de zonas de interesse ambiental e paisagístico “ajardinadas” para serviços relacionados com o lazer e turismo poderá ocorrer em dois cenários (A1 e A2). Num outro cenário (A2) poderá porém haver uma redução da área destas zonas. Em dois outros cenários (B1 e B2) pelo contrário poderá verificar-se um aumento das áreas protegidas e reservas naturais, com limitação da “carga” turística, inclusive via regulamentação. (R. Aguiar, 2010).

Indústria e Serviços – Na continuidade de uma tendência que se tem vindo a cimentar, assistir-se-á em todos os cenários a uma deslocação da Economia da produção de bens para o fornecimento de serviços, embora em especialidade em dois dos cenários (A1 e B1), crescendo neste contexto a importância do lazer e do Turismo.

Transportes – É comum a todos os cenários o aumento da eficiência mecânica do transporte, embora mais num cenário (A1) do que noutro (B1), e sobrevém uma crescente expansão de recurso aos biocombustíveis, enquanto na sequência de um processo já iniciado, tem lugar um aumento da motorização eléctrica. Num dos cenários (A1) ocorrerá um significativo aumento da mobilidade urbana e de longa distância, e do transporte de mercadorias, embora com alta eficiência e redução do peso específico das mercadorias. Em dois cenários (B1 e A2) as necessidades de mobilidade e transporte urbano são comparativamente menores, e ainda inferiores num outro (B2), o que em conjunto com uma menor população, acaba por o tornar o cenário mais favorável neste sector (R. Aguiar, 2010).

Energia – Como Portugal não é dotado de recursos naturais fósseis, a oferta de energia renovável deve continuar a intensificar-se em todos os cenários, contudo mais limitada por restrições ambientais em dois cenários (mais B2 e menos em A2). Menciona o autor a eventualidade do recurso à energia nuclear, opção em dois cenários (A1 e A2), mas não nos outros dois (B1 e B2), acrescentando também que as alterações climáticas originam um impacto negativo na hidroelectricidade. Sublinha no entanto R. Aguiar (2010) que a auto-suficiência energética do país deverá crescer em todos os cenários, mas menos num dos casos (A2), no qual se recorre ainda muito a importações de energia. Quanto à procura de energia, o autor esclarece que cresce *per capita* em todos os cenários (mas mais em A1 e A2). Pelo exposto conclui que, em conjunto com as diferenças em eficiência energética e população já assinaladas, resulta num crescimento total da procura alto num dos cenários (A2), moderado noutro (A1), e menor nos restantes (B1 e B2).<sup>6</sup>

Agricultura – Em todos os quatro cenários mantém-se elevada a procura de produtos agrícolas e, num desses cenários (A1) verifica-se segundo o autor “uma ênfase na procura de espécies caracteristicamente

---

<sup>5</sup> O autor chama a atenção para que a extensão das zonas urbanas não depende apenas do número de alojamentos, pois como foi referido num outro local (características gerais SRES), as zonas urbanas são mais compactas especialmente em dois cenários (em B1 e especialmente B mais do que em A1 e A2).

<sup>6</sup> Para dar resposta à necessidade em energia, Portugal adoptou A Estratégia Nacional para a Energia (ENE 2020) que assenta sobre cinco eixos principais que nela se desenvolvem e detalham e seguidamente apresentados (traduzindo uma visão, um conjunto focado de prioridades e um enunciado de medidas que as permitem concretizar): Eixo 1 – Agenda para a competitividade, o crescimento e a independência energética e financeira; Eixo 2 – Aposta nas energias renováveis; Eixo 3 – Promoção da eficiência energética; Eixo 4 – Garantia da segurança de abastecimento e, Eixo 5 – Sustentabilidade económica e ambiental. Fonte: APREN - <http://www.apren.pt/gca/?id=206>

nacionais (e.g. vinha, olival, sobreiro), com produtividade melhorada por engenharia genética, e agricultura geralmente de alto impacto mas com redução da adubação e dos pesticidas químicos”; Num dos outros cenários (A2) a agricultura assume especial importância, sendo produzido um largo leque de espécies, com produtividade melhorada também por engenharia genética, e com extensão do regadio; Num outro cenário (B1) verifica-se segundo R. Aguiar (2010) que “a agricultura é importante mas com características de baixo impacto, (tal como em A1) dirigida às espécies características locais, mas com uso apenas dos solos com boa apetência agrícola, prevalência de adubação natural e protecção integrada, espécies algo melhoradas por selecção e com a introdução de culturas energéticas em regadio”; um outro panorama poderá traduzir-se na semelhança entre dois cenários (B2 e B1) apontando o primeiro de acordo com o autor “mais na direcção da auto-suficiência, com um leque de espécies mais vasto e sendo a agricultura frequentemente uma segunda actividade da população urbana”.

Pecuária – Para o autor, a procura de produtos animais é elevada apenas num cenário (A2), no qual ocorre uma produtividade elevada via I&D; Já nos três restantes cenários a procura de produtos animais é reduzida no longo prazo; num dos cenários (A1) a pecuária aposta apenas nas espécies de elevada produtividade na nossa região e com características mais industriais; enquanto em outros dois cenários (B1 e B2) os produtores preferem fazer, como refere R. Aguiar (2010), “uma pecuária de mais baixo impacto e com espécies o mais possível compatíveis com a ecologia de cada região”.

Pescas – Neste âmbito sobressai um traço comum a todos os cenários que é o aumento do peso da aquacultura relativamente ao da “caça no mar”; em num dos cenários (A2) a procura é elevada e as capturas são feitas no limiar de sustentabilidade local, com redução apenas no caso das espécies localmente ameaçadas; Noutro cenário (A1) a situação é semelhante, mas a procura é reduzida no longo prazo; a procura também se reduz em dois outros dos quatro cenários (B1 e B2), sendo que nestes casos as capturas são feitas bem abaixo do limiar de sustentabilidade, referindo R. Aguiar (2010) que a diferença entre os dois cenários Consiste em que num (B1) a gestão dos stocks e biodiversidade é mais do tipo global que local e mais e coordenada com a dos países vizinhos que no outro (B2).

Florestas – em dois dos cenários (A1 e A2) verifica-se a manutenção da procura de papel e madeira, e regista-se “uma ênfase nas espécies de maior produtividade e mais adaptadas ao solo e clima de cada região – aliás melhoradas e protegidas por engenharia genética – muitas zonas passam a ser utilizadas para lazer ao invés de para fins industriais, e o controlo de incêndios é elevado,” ainda que com menor eficácia em um dos cenários (A2 < A1); ao contrário de outros dois (B1 e B2) onde se aponta para a redução da procura de papel e madeira, e para a renaturalização de algumas zonas (com introdução de outras folhosas e resinosas), significativa redução das zonas de floresta industrial, e um apertado controlo de incêndios. (R. Aguiar 2010).

## PROPOSTAS DE ACTUAÇÃO

### Documentos oficiais

Abrangido por este período encontra-se o PNPOT (2007-2025), instrumento estratégico que enquadra todos os demais IGT, e que visa os seguintes objectivos:

- ✓ Conservar e valorizar a Biodiversidade, os recursos e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos, e monitorizar, prevenir e minimizar riscos;
- ✓ Reforçar a competitividade territorial de Portugal e a sua integração nos espaços ibérico, europeu, atlântico e internacional;
- ✓ Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e, reforçar as infra-estruturas de suporte à integração e coesão territoriais;
- ✓ Assegurar a equidade territorial no provimento das infra-estruturas e equipamentos colectivos, e a universalidade de acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social;
- ✓ Expandir as redes e infra-estruturas avançadas de Informação e Comunicação e incentivar a sua crescente utilização pelos cidadãos, empresas e administração pública;
- ✓ Reforçar a qualidade e eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, activa e responsável dos cidadãos e instituições.

Estes objectivos deverão contribuir para que Portugal seja um país:

- ✓ Um espaço sustentável e bem ordenado;
- ✓ Uma economia competitiva, integrada e aberta;
- ✓ Um território equitativo em termos de desenvolvimento e bem-estar;
- ✓ Uma sociedade criativa e com sentido de cidadania.

Entretanto Portugal propõe-se através de diversos instrumentos de intervenção alcançar objectivos que contribuam para o desenvolvimento do país. Neste âmbito foram recenseados os seguintes; QREN, ENDS, PNPOT, PEN Rural,

Na ENDS (2005-2015) os objectivos aí adoptados são em número de sete, conforme referido seguidamente:

1. Preparar Portugal para a “Sociedade do Conhecimento”.
2. Crescimento Sustentado, Competitividade à Escala Global e Eficiência Energética.
3. Melhor Ambiente e Valorização do Património.
4. Mais Equidade, Igualdade de Oportunidades e Coesão Social.
5. Melhor Conectividade Internacional do País e Valorização Equilibrada do Território.
6. Um Papel Activo de Portugal na Construção Europeia e na Cooperação Internacional.
7. Uma Administração Pública mais Eficiente e Modernizada.

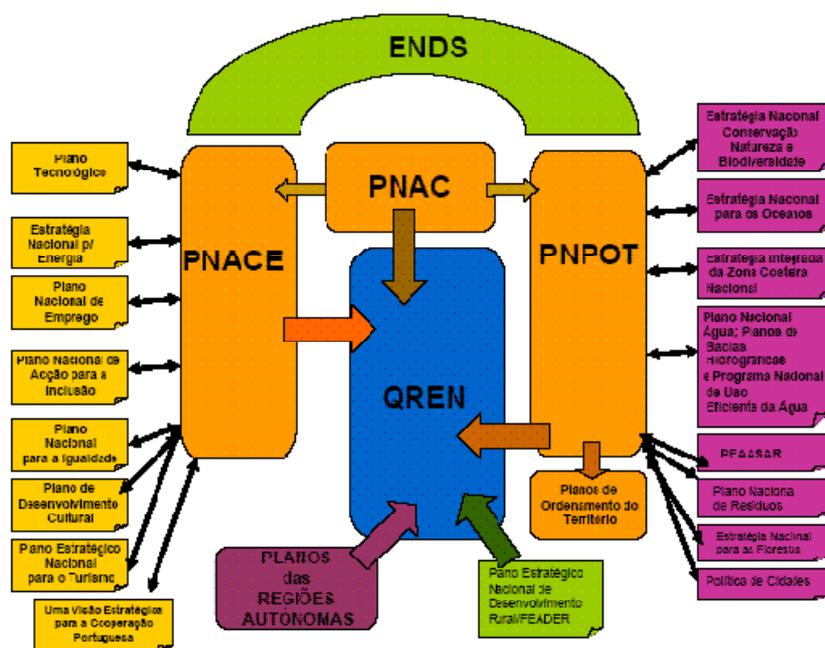
A estes objectivos encontra-se subjacente a orientação emanada por políticas internacionais e comunitárias de desenvolvimento sustentável que têm vindo a ser prosseguidas e que radicam na harmonia entre a economia, a sociedade e a natureza, respeitando a biodiversidade e os recursos naturais, de solidariedade

entre gerações e de co-responsabilização e solidariedade entre países, panorama que constitui o pano de fundo de uma visão integradora do desenvolvimento para Portugal, a qual se traduz na protecção dos recursos vitais, e incremento dos factores de coesão social e equidade, de forma a garantir um crescimento económico amigo do ambiente e das pessoas, tendo por base a preocupação não só com o presente mas com a qualidade de vida das gerações futuras.

A ENDS encontra-se articulada com outros instrumentos de política tendo por base o reconhecimento de que os objectivos económicos, sociais e ambientais podem reforçar-se mutuamente, devendo portanto funcionar em conjunto. Esses instrumentos são nomeadamente o Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT), o Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego (PNACE), o Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC), os quais inspiram vários outros instrumentos de âmbito nacional ou regional.

Na figura seguinte constam todos esses instrumentos de política.

Figura 1 – Principais Instrumentos de Política



Fonte: Plano de Implementação da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável – PIENDS, Junho de 2006.

No QREN (2007-2013) são assumidas para Portugal as seguintes prioridades estratégicas:

- ✓ Promover a **qualificação dos portugueses e das portuguesas**, desenvolvendo e estimulando o conhecimento, a ciência, a tecnologia, a inovação, a educação e a cultura como principal garantia do desenvolvimento do País e do aumento da sua competitividade;
- ✓ Promover o **crescimento sustentado** através, especialmente, dos objectivos do aumento da competitividade dos territórios e das empresas, da redução dos custos públicos de contexto, incluindo os da administração da justiça, da qualificação do emprego e da melhoria da produtividade e da atracção e estímulo ao investimento empresarial qualificante;

- ✓ Garantir a **coesão social** actuando, em particular, nos objectivos do aumento do emprego e do reforço da empregabilidade e do empreendedorismo, da melhoria da qualificação escolar e profissional, do estímulo às dinâmicas culturais, e assegurando a inclusão social, nomeadamente desenvolvendo o carácter inclusivo do mercado de trabalho, promovendo a igualdade de oportunidades para todos e a igualdade de género, bem como práticas de cidadania inclusiva, reabilitação e reinserção social, conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal e a valorização da saúde como factor de produtividade e medida de inclusão social;
- ✓ Assegurar a **qualificação do território e das cidades** traduzida, em especial, nos objectivos de assegurar ganhos ambientais, promover um melhor ordenamento do território, estimular a descentralização regional da actividade científica e tecnológica, prevenir riscos naturais e tecnológicos e, ainda, melhorar a conectividade do território e consolidar o reforço do sistema urbano, tendo presente a redução das assimetrias regionais de desenvolvimento;
- ✓ Aumentar a **eficiência da governação** privilegiando, através de intervenções transversais nos Programas Operacionais relevantes, os objectivos de modernizar as instituições públicas e a eficiência e qualidade dos grandes sistemas sociais e colectivos, com reforço da sociedade civil e melhoria da regulação.

O Plano Estratégico Nacional (PEN) para o Desenvolvimento Rural (2007-2013) acolhe três Objectivos Estratégicos, interligados e directamente vocacionados para o desenvolvimento rural, complementados com dois desígnios nacionais, definidos como Objectivos Transversais, e para os quais aqueles deverão contribuir e interagir de forma activa.<sup>7</sup>

**Aumentar a competitividade dos sectores agrícola e florestal** que visa contribuir para a melhoria do desempenho dos sectores de forma a aumentar a produção directa de bens transaccionáveis e induzir efeitos positivos nos territórios e nas suas populações. Desdobra-se nos seguintes sub-objectivos:

- Aumentar o conhecimento e melhorar o potencial humano;
- Promover a inovação;
- Reestruturar e desenvolver o potencial físico;
- Melhorar a qualidade da produção e dos produtos agrícolas.

**Promover a Sustentabilidade dos Espaços Rurais e dos Recursos Naturais** que consiste num contributo para garantir ou melhorar a qualidade do ambiente, da paisagem e a boa utilização dos recursos. Subdivide-se nos seguintes sub-objectivos:

- Proteger os valores ambientais e paisagísticos em zonas agrícolas e florestais da Rede Natura 2000 e outras;
- Proteger os recursos hídricos e o solo;
- Contribuir para a atenuação das alterações climáticas;
- Contribuir para o uso continuado e sustentável das terras agrícolas em zonas desfavorecidas.

---

<sup>7</sup> Retirado de: <http://saa-bcaa.agrinov.wikispaces.net/3.1+Plano+Estrat%C3%A9gico+Nacional>

**Revitalizar económica e socialmente as zonas rurais** objectivo que contribui para aumentar a atractividade e competitividade destas zonas enquanto local para viver, trabalhar e visitar. Inclui os sub-objectivos seguintes:

- Diversificar a economia rural;
- Melhorar a qualidade de vida nas zonas rurais;
- Desenvolver competências nas zonas rurais.

**No que se refere aos objectivos transversais consistem em:**

- Reforçar a coesão territorial e social;
- Promover a eficácia da intervenção dos agentes públicos, privados e associativos na gestão sectorial e territorial.

**Reforçar a coesão territorial e social**, desígnio de âmbito nacional, que se assume como objectivo deste Plano pela importância (dimensão e valor) que o espaço rural detém no território nacional, pela sua referência em termos sociais, e pela contribuição para a criação de riqueza que pode dar ao País, se forem convenientemente utilizados os recursos endógenos e estimuladas as dinâmicas aí existentes.

**Promover a eficácia da intervenção dos agentes públicos, privados e associativos na gestão sectorial e territorial**, objectivo nacional que se assume neste Plano, pela importância que as condições proporcionadas aos diferentes agentes na criação de dinâmicas de actuação e na obtenção de resultados têm no desenvolvimento rural.

### **O memorando de entendimento assinado entre o governo português e a troika (FMI, UE e BCE)**

No actual momento que o país atravessa, a actuação dos actores públicos, privados e população em geral, encontra-se condicionado pelo acordo que foi assinado entre o Governo Português e a Troika o designado memorando de entendimento, onde constam orientações que vão condicionar significativamente o futuro do país.

Nesse documento constam as 34 medidas de austeridade que Portugal vai ter de implementar nos próximos anos e que se encontram descritas seguidamente

1. Acordo abre porta a subida dos bilhetes dos comboios
2. Equipas especiais de juízes para processos fiscais acima de um milhão de euros
3. Tabaco e automóveis com mais impostos
4. Empresas vão poder pagar menos por horas extraordinárias
5. Acordo impõe aumento da concorrência nas telecomunicações
6. Corte na despesa com Saúde chega a 550 milhões de euros
7. Bancos de horas negociados directamente com trabalhadores
8. “Falsos” trabalhadores independentes passam a ter apoio no desemprego
9. Subsídio de desemprego passa a ser declarado no IRS
10. ‘Troika’ exige cortes na ADSE
11. Despedimento individual por justa causa vai ser ajustado

12. 'Golden shares' do Estado são para eliminar até Julho
13. Taxas moderadoras aumentam e atingem mais portugueses
14. 'Troika' quer incentivar arrendamento
15. Portugal tem mais tempo para cortar défice mas não evita dois anos de recessão
16. Novo aeroporto sem fundos públicos e TGV Lisboa-Porto suspenso
17. 'Troika' quer aumentar IVA na factura da electricidade
18. Menos oito mil funcionários públicos por ano
19. Patrões descontam menos para a segurança social
20. Proprietários de casa serão penalizados com mais IMI
21. Mais cortes na Transtejo e no Metro de Lisboa colocam serviços em risco
22. BPN será vendido até Julho e não tem preço mínimo
23. Governo tem 12 mil milhões para injectar nos bancos
24. Desempregados só vão ter subsídio durante 18 meses
25. TAP, EDP e REN para privatizar na totalidade este ano
26. Redução de pessoal no Estado é para continuar
27. Pensões acima de 1.500 euros vão ser cortadas
28. Acordo não prevê redução de salários nem corte nos subsídios de férias e Natal
29. Troika cobre 100% das necessidades de financiamento em 2011
30. Objectivo do défice para 2011 fixado em 5,9%
31. CGD deve aumentar capital com recursos próprios
32. 'Troika' quer definir critérios específicos para extensão de portarias
33. Eliminação de serviços gera poupança de 500 milhões
34. Empresas do Estado têm que poupar 515 milhões de euros

### **Outros contributos**

A. Guerra (2009) sintetiza a opinião de vários protagonistas tais como Eduardo Catroga (o ex-ministro das Finanças), José Silva Lopes (ex-governador do Banco de Portugal e ex-ministro das Finanças), Miguel Cadilhe (ex-ministro das Finanças), Carlos Martins (o presidente da Martifer), João Duque (professor do ISEG), José Reis (professor catedrático de Economia na Universidade de Coimbra), António Câmara (CEO da YDreams, uma das tecnológicas portuguesas mais bem sucedidas no estrangeiro), e, Diogo Vaz Guedes (presidente da Aquapura) retirando-se que: i) Portugal precisa é de poupar, não de gastar, para no futuro conseguir investir mais e melhor; ii) Conter a despesa corrente; iii) Uma solução de três passos (Um, reformas estruturais; dois, reformas estruturais e três, reformas estruturais), iv) Reestruturação de tudo, da Justiça ao trabalho, passando por todos os domínios da despesa pública, e repensar o endividamento externo, v) Novos formatos com vista ao aumento da competitividade; vi) Aposta na capacidade transformadora e aproveitamento daquilo que o país tem de melhor (as pessoas e a inovação); vii) Aposta no turismo; viii) Mais justiça social através do combate à desigualdade"; ix) Melhoria da saúde e educação

visando um efeito positivo na produtividade e no bem-estar de toda a população a médio/longo prazo; x) Protecção das boas ideias e a propriedade intelectual; xi) Reforçar a protecção da inovação e a massa crítica de talentos; xii) Capitalizar a "boa imagem" que Portugal angariou em sectores de valor acrescentado, como a tecnologia, o turismo, a vitivinicultura e as energias renováveis.

## RESULTADOS DA PESQUISA EXPLORATÓRIA

Para Portugal o panorama antevisto pelos respondentes para a década 2020-2030 é o que se encontra sistematizado nos quadros que seguem.

Quadro 3.1. – Dimensão Económica e Condições de subsistência / Nível de vida	
Estará melhor	Estará pior
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ O deficit estará equilibrado</li> <li>✓ O fosso entre ricos /pobres tende para se atenuar</li> <li>✓ A repartição do rendimento</li> <li>✓ A dívida pública portuguesa terá diminuído em percentagem do PIB, por volta de 2030, em comparação com 2020 que atinge valores superiores a 100 %.</li> <li>✓ Empreendedorismo empresarial e do 3.º sector / Um novo estilo de empresário mais capaz de produzir e distribuir riqueza.</li> <li>✓ Agricultura biológica</li> <li>✓ Poderá evoluir economicamente se aproveitar as oportunidades que se apresentem, por exemplo, da parte dos países lusófonos</li> <li>✓ Incremento turismo / Turismo (3) / Impacto favorável no Turismo.</li> <li>✓ Maior e melhor planificação do Estado face ao novo quadro financeiro</li> <li>✓ Investimento em respostas para idosos / doentes degenerativos</li> <li>✓ Aumento de competitividade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ O desregulamento do mercado habitacional</li> <li>✓ O sector primário</li> <li>✓ As pequenas empresas</li> <li>✓ A inflação passa a ser uma preocupação.</li> <li>✓ Diferença acentuada no poder de compra entre as classes mais ricas e as classes mais pobres / Nível de vida mais baixo para a grande maioria, especialmente nos meios urbanos / Agravamento da pobreza e das desigualdades sociais / Grande desigualdade no acesso a serviços e bens essenciais.</li> <li>✓ Aumento da dívida das parcerias publico privadas nas contas do Estado, nomeadamente na saúde</li> <li>✓ Finanças: com aumento da carga fiscal e impostos.</li> <li>✓ Sustentabilidade económica e financeira</li> <li>✓ Aumento da dívida ao exterior e aumento do endividamento das famílias com progressiva perda do poder de compra dessas famílias.</li> <li>✓ Enorme pressão nas finanças públicas, em termos de pensões, cuidados de saúde e cuidados continuados, devido ao acelerado envelhecimento da população</li> <li>✓ A manterem-se os índices de produtividade e se a nossa indústria não evoluir do modelo baseado em mão-de-obra barata, estaremos confinados ao sector terciário e nichos no primário</li> <li>✓ Emprego / Emprego jovem / Desemprego (3)</li> <li>✓ Deslocalização das empresas para mercados com custos de mão-de-obra mais baixos.</li> <li>✓ Assimetrias socioeconómicas (famílias e regiões)</li> <li>✓ Protecção social / Sistema de saúde / Problemas sociais / Reformas dos contribuintes</li> </ul>

Na perspectiva favorável sobressai a evolução de diversas variáveis nomeadamente o empreendedorismo e a competitividade o que se traduzirá numa Evolução favorável da Economia. Na perspectiva desfavorável sobressai o agravamento do fosso socioeconómico, no pressuposto de que o país vai descolar de uma certa ilusão de prosperidade que acompanhou a formação e a evolução da União Europeia. A degradação da situação económica e social do país obrigará a dar atenção ao combate à corrupção e à falta de qualidade da classe política.

Quadro 3.2. - Dimensão Demográfica	
Estará melhor	Estará pior
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Recuperação da natalidade</li> <li>✓ Integração de imigrantes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Incapacidade para substituir gerações / Baixa natalidade;</li> <li>✓ Envelhecimento da população acentuado (4) / Problemas da 3ª idade.</li> <li>✓ Grande emigração / Reforço do efeito da emigração na população activa recém-licenciada.</li> </ul>

Sendo referida como factor positivo por uns a possibilidade de recuperação da natalidade, essa mesma variável é apresentada por outros como um factor negativo, aliado ao envelhecimento da população, o que aponta para que a demografia em geral estará mais depauperada.

A este propósito Manuel Lemos (presidente da União das Misericórdias) afirma em 2011 que o grande problema de Portugal é o envelhecimento, adiantando que está tudo muito desorganizado, sendo portanto imperioso avaliar os encargos para as gerações futuras (questão associada à diminuição da força de trabalho, ao aumento das doenças e das prestações sociais), recomendando pactos de regime na Saúde, nas questões sociais e na Educação.

Quadro 3.3. – Dimensão Tecnológica	
Estará melhor	Estará pior
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Afirmação de Portugal no quadro das tecnologias ligadas à sociedade de informação / Uso de modernas Tecnologias de Informação e Comunicação / Acesso à informação</li> <li>✓ Maior informatização dos serviços bem como organização dos mesmos / Aumento da rentabilidade e aumento da qualidade dos serviços (3) / Administração Pública mais eficiente.</li> <li>✓ Ciência e tecnologia (i.e. os avanços na ciência, concretizados ou não em novas tecnologias)</li> <li>✓ Presença de instituições de ensino superior, de investigação e de apoio técnico, capazes de promover a inovação e IDT.</li> <li>✓ Convergência com a UE, através das energias limpas e de novas tecnologias.</li> <li>✓ Capacidade criativa e inovadora</li> </ul>	

<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Melhoria da rede de transportes e comunicação</li> <li>✓ Maior aposta nas energias renováveis</li> <li>✓ Melhor eficiência energética.</li> </ul>	
--	--

Nesta dimensão foram referidos somente aspectos que tendem para melhorar, sobressaindo o papel que Portugal poderá desempenhar no âmbito da ciência e da tecnologia.

Quadro 3.4. – Dimensão Ensino, Formação e Recursos Humanos	
Estará melhor	Estará pior
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Aumento da qualificação da população activa mais jovem</li> <li>✓ Maior qualificação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Diminuição de competências</li> <li>✓ Políticas de educação / Educação (2) / Ensino / Sistema educativo</li> <li>✓ Fuga de cérebros para o resto da Europa e do Mundo.</li> <li>✓ Educação em termos reais (i.e. menos conhecimento em cada grau de ensino)</li> </ul>

Enquanto há respondentes que salientam uma situação mais auspiciosa outros respondentes salientam que se verificará uma situação menos favorável no que se refere ao nível de conhecimentos dos recursos humanos nacionais.

Quadro 3.5. - Dimensão Político-Legal	
Estará melhor	Estará pior
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ As reformas/comissões de gestores públicos e as colocações de ex-ministros em conselhos de administração de empresas privadas em áreas por estes anteriormente tuteladas</li> <li>✓ O entendimento tácito e tático entre os partidos do arco do poder</li> <li>✓ A política de saúde, de habitação social de emprego</li> <li>✓ Internacionalização</li> <li>✓ Continuará a ser um país relativamente seguro;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Reforço da Bi-partidarização do sistema político.</li> <li>✓ Sistema Educativo e de Saúde com tendência para a sua privatização / Privatização de serviços públicos.</li> <li>✓ Serviços de Justiça, Saúde e Segurança Social.</li> <li>✓ Diminuição da soberania (2)</li> <li>✓ Perda de contactos preferenciais com os países de expressão portuguesa. Portugal centrado (só) na Europa</li> </ul>

São apontados alguns traços inerentes à melhoria da boa governação, e de algumas políticas sectoriais, sendo em contrapartida enfatizada como situação negativa a privatização de serviços públicos e a diminuição da soberania.

Quadro 3.6. - Dimensão Sociocultural	
Estará melhor	Estará pior
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ O número dos concertos e festivais de verão.</li> <li>✓ Auto-estima</li> <li>✓ A lenta mudança das mentalidades que tem vindo a operar-se desde 1974 irá acelerar cada vez mais, com o aprofundamento de uma consciência cívica, cada vez mais estruturada permitindo uma sociedade mais solidária e mais justa.</li> <li>✓ Melhor convivência com as suas raízes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Doenças advenientes do desenvolvimento: obesidade, cardiovasculares, etc.;</li> <li>✓ A alienação dos jovens</li> <li>✓ A capacidade de discutir problemas não efémeros</li> <li>✓ Talvez uma maior despersonalização, perda de vínculos familiares, perda de espiritualidade e alguma confusão de valores de referência.</li> <li>✓ Criminalidade (3) / insegurança / Segurança (i.e. menos garantida) / Zonas suburbanas com fortes problemas de criminalidade.</li> </ul>

Embora seja referida alguma evolução positiva em relação às mentalidades dos portugueses em geral, em contraposição é apontado o reverso como uma eventualidade plausível.

Quadro 3.7. - Dimensão Ambiental e do Ordenamento do Território	
Estará melhor	Estará pior
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Infra-estruturas</li> <li>✓ Disponibilidade de espaços infra-estruturados para apoio à actividade económica e condições para a atracção de empresas e investimentos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ A desertificação dos centros históricos de cidades vilas e aldeias</li> <li>✓ Custos de Interioridade.</li> <li>✓ Distribuição espacial/regional (i.e. mais desequilibrada) dos recursos físicos e humanos</li> <li>✓ Alterações climáticas</li> </ul>

Destaque para melhoria das infra-estruturas e para deterioração do clima assim como para as desigualdades inter-regionais.

## A SITUAÇÃO ACTUAL E ANTECEDENTES

### Nota preambular

Para a recolha de informação sobre a situação actual e respectivos antecedentes recaiu em publicações de autores e organismos nomeadamente F. de Sousa (2000), Eurostat (Gabinete de Estatísticas da União Europeia), Ministério das Finanças, e, analistas como Ernâni Lopes, Vítor Bento, Medina Carreira.

### Portugal na actualidade (desafios, problemas e tendências e propostas de actuação)

Neste ponto são referidas problemáticas actuais em curso e emergentes, e propostas de actuação que contribuam para melhorar os aspectos positivos e minimizar os aspectos desfavoráveis.

A. Alvarenga (2008) refere os seguintes nove grandes desafios que se colocam à capacidade de Portugal responder ao conjunto de Forças Motrizes, Focos de Competição, Ameaças e Oportunidades identificadas, tendo em conta as suas Forças e Fraquezas: i) Reforçar a Sintonia com a Dinâmica do Comércio Internacional, Fortalecendo a Atractividade e Procurando o Crescimento Sustentado; ii) Fixar Talentos e Qualificar Recursos Humanos, iii) Reforçar a Capacidade de I&D, iv) Utilizar Plenamente as Oportunidades Abertas pelas TIC, v) “Centralizar” o País, vi) Valorizar e Proteger as Dimensões Estratégicas dos Territórios e das Cidades, vii) Assegurar a Conservação Ambiental, Gerando Novas Actividades, viii) Ser Flexível na Organização Social, sem Comprometer a Coesão Social, e, ix) Gerir Riscos, Gerando Poupanças para Investimento Reprodutivo.

Em meados de 2011 Portugal era considerado o segundo país do mundo com maior risco de incumprimento, de acordo com o índice de risco soberano publicado esta quarta-feira pela BlackRock (sendo a Grécia o primeiro dos 44 países analisados)<sup>8</sup>, devido aos níveis de dívida parecem ser insustentáveis face aos níveis actuais de crescimento e com o actual comportamento de gastos»<sup>9</sup>

Em 2010, dados do Eurostat, (Gabinete de Estatísticas da União Europeia), vieram mostrar que Portugal era o nono país mais pobre dos 27. Essa informação revela ainda que mais de 30% dos portugueses passam fome, especialmente no norte. A zona norte (com cerca de 1 milhão e 500 mil pobres) está ainda entre as

---

<sup>8</sup> Na fonte seguida consta que ligeiramente melhor, mas também com risco elevado estão a Venezuela (42º), Egipto (41º), Itália (40º), Hungria (39º), que também pediu ajuda ao FMI em 2008, e Irlanda (38º), que também tem em curso um programa de ajuda externa). Argentina (37º), Espanha (36º) e Turquia (35º) completam o top 10 do risco, enquanto no pólo oposto da lista, com menor risco de incumprimento estão a Noruega, Suécia, Suíça, Finlândia, Austrália, Canadá, Dinamarca, Chile, Coreia do Sul e Alemanha. Fonte: <http://www.agenciafinanceira.iol.pt/economia-nacional/incumprimento-portugal-default-blackrock-grecia-risco/1263504-5205.html>

<sup>9</sup> Refira-se que a avaliação da BlackRock assenta em quatro pilares: i) contexto orçamental que engloba factores como o peso da dívida no PIB, ii) estatuto de moeda de reserva e taxas de juro dos empréstimos e que representa 40% da avaliação; iii) posição financeira externa, que mede a capacidade de resistência a choques comerciais e macroeconómicos e que representa 20% da avaliação e, iv) saúde do sector financeiro, que pesa 10% e disponibilidade de reembolso, que é responsável pelos restantes 20%.

30 mais pobres das 254 regiões da Europa. Quanto às sub-regiões mais pobres de Portugal e dos 27 países são agora as duas seguintes: Trás-os-Montes e Alto Douro (considerada em 2009) e Vale do Tâmega (considerada em 2010). Por seu lado no estudo “Doing better for families”, divulgado em 28/04/2011 pela OCDE, é revelado que a pobreza em Portugal atinge 16,6 por cento das crianças, um valor superior à média dos países da OCDE (12,7 por cento), apresentando o país a oitava maior taxa de pobreza infantil entre os 34 países da OCDE. Os valores registados posicionam Portugal atrás de Israel, México, Turquia, Estados Unidos, Polónia, Chile e Espanha.

### **Antecedentes da actual situação em Portugal**

A situação anterior é explicada pelo percurso que o país tem atravessado e que desembocou num panorama em que as despesas sociais absorviam 85% dos impostos em 2010<sup>10</sup>, sendo igualmente esclarecedores ao nível de pensões directas, que representavam um encargo anual de vinte e três mil milhões de euros, também em 2010<sup>11</sup>.

Os antecedentes desta situação são apontados por vários autores e analistas seguidamente referidos.

Luís Campos e Cunha, Ernâni Lopes, Vítor Bento, Medina Carreira e outros apresentam uma leitura bastante crítica da situação portuguesa.

Sucintamente Luís Campos e Cunha sublinha que nos defrontamos com três défices: orçamental, da justiça e da educação.<sup>12</sup>

Para Ernâni Lopes (e a sua equipa) num estudo apresentado em Outubro de 2009, faltam ideias, verdade, força, lucidez, substância, garra e densidade política nas medidas económicas tomadas em Portugal. No seu diagnóstico os autores concluem que Portugal auto-limitou-se e enganou-se a si próprio. Nos últimos dez anos, a sociedade foi iludida por promessas políticas irrealistas e não concretizáveis, tendo Portugal realizado uma leitura fantasiosa da realidade económica, sem rasgo para o futuro, numa atitude interesseira e egoísta, vazia de substância, sem horizonte e sem nobreza, acrescentam os autores do diagnóstico, pelo que a equipa de Ernâni Lopes fala por isso numa década perdida e historicamente inaceitável, sugerindo a aposta em cinco sectores para ultrapassar o cenário de definhamento e sobrevivência medíocre: turismo, economia do mar, cidades, ambiente e serviços de valor acrescentando, tais como Educação e Formação.<sup>13</sup>

Por seu lado Vítor Bento, presidente da Sociedade Interbancária de Serviços (SIBS), considera que Portugal dificilmente sairá da «armadilha de empobrecimento relativo» da última década, afirmando que «Vamos ser para a Europa o que Trás-os-Montes é para Portugal: uma região empobrecida». Para este economista

---

<sup>10</sup> Depois de atingido 75% em 2000, prevendo-se que estará nos 93% em 2015 e, que possa atingir os 100% dos impostos que vierem a ser arrecadados em 2020, segundo afirmou Medina Carreira que frisa assim a "inviabilidade do actual caminho a nível do Estado Social". Num tal cenário, aquele articulista questiona o que fica para pagar juros, investimentos, funcionários, forças armadas, polícias e juízes.

<sup>11</sup> Pensões que em 1995 se situavam nos sete mil milhões de euros. Porém entre 1995 e 2010 o Produto Interno cresceu 14% (enquanto as pensões cresceram 215%). Fonte: <http://www.ver.pt/conteudos/verArtigo.aspx?id=1221&a=Geral>

<sup>12</sup> Fonte: <http://aeiou.expresso.pt/temos-tres-defices-orcamental-da-justica-e-da-educacao=f581982>

<sup>13</sup> Para Ernâni Lopes, caso essa aposta seja conseguida, o país «pode vir a ter um papel importante e útil, no contexto nacional e internacional, se conseguir articular os quatro pólos fundamentais da sua geopolítica: Portugal, Europa, África e Brasil», sendo no entanto necessário «uma elite dirigente capaz de produzir e difundir valores, atitudes e padrões dos comportamentos que moldam a sociedade, e que não se limite a fazer política corrente»

Fonte: <http://www.somosportugueses.com/modules/news/article.php?storyid=1800>

o endividamento do país entrou «numa espiral de insustentabilidade». Pelas contas que efectuou, aos 66% de PIB de dívida pública, têm de somar-se 25% do PIB em dívida do sector empresarial não-financeiro e 15% em encargos com parcerias público-privadas,<sup>14</sup> acrescentando que «Gastámos a herança, tudo o que produzimos e retiramos um ano de rendimentos ao nosso filho», refere analogicamente.<sup>15</sup>

Em Dezembro de 2000 F. de Sousa referia que apesar de Portugal se situar no grupo dos países que integram a moeda única e apesar de a economia portuguesa ter vindo a convergir, de forma gradual, para a média da União Europeia, o país debatia-se, ainda, com fragilidades estruturais e conjunturais que importava ultrapassar, tais como:

Convergência insatisfatória, o que implicava o ajustamento da estrutura da economia e exigia um ambiente de estabilidade financeira;

A evolução demográfica de Portugal, nas últimas duas décadas tinha sido catastrófica; as taxas de fecundidade, nupcialidade e mortalidade eram das mais baixas da UE; o país tinha envelhecido dramaticamente e já não garantia a substituição das gerações;

Havia uma forte dependência energética responsável por uma factura anual de importação de combustíveis superior a 300 milhões de contos só a nível das ramas de petróleo;

A economia portuguesa, apesar de ter concretizado, na década anterior, um salto qualitativo importante, no sentido da convergência real com os restantes membros da UE, continuava marcada por fracos padrões de especialização, ligados às indústrias tradicionais e baseados em vantagens competitivas assentes no baixo custo de mão-de-obra e na existência de recursos naturais (sectores têxtil e florestal), encontrando-se poucos pólos de competitividade;

Constatava-se uma incapacidade competitiva e porventura de sobrevivência da agricultura portuguesa;

Persistia um elevado nível de endividamento externo, o que podia colocar em perigo, no futuro, o crescimento da economia nacional;

Permanecia o pouco rigor na gestão da despesa pública;

O nível da produtividade continuava dos mais baixos da União Europeia, não sendo assim de admirar que os salários, em Portugal, fossem dos mais baixos da União;

Mantinha-se o nível de consumo médio superior ao nosso nível de vida, em termos de produto interno bruto (PIB);

No plano do ambiente, das infra-estruturas de saneamento e tratamento de resíduos, o grau de cobertura verificado em Portugal era bastante inferior à média comunitária, bem como a percentagem das áreas protegidas;

No âmbito das infra-estruturas de transportes, a densidade de auto-estradas, não obstante ter crescido significativamente nos últimos anos, situava-se ainda em 1/4 da média europeia;

Subsistia insidiosamente o modelo burocratizado de governo, que revelava incapaz de efectivar as necessárias reformas dos sistemas de justiça, saúde e educação, sectores que continuavam a não funcionar

---

<sup>14</sup> Neste contexto, o peso da dívida externa no PIB português atingia em 2009 os 240,6%, enquanto a dívida pública atingia os 76,3%.

<sup>15</sup> Fonte: [http://canais.sol.pt/Paginalnicial/Economia/Interior.aspx?content\\_id=152486](http://canais.sol.pt/Paginalnicial/Economia/Interior.aspx?content_id=152486)

eficazmente, pelo que as reformas necessárias continuavam a ser feitas, apenas, em função dos tempos e das exigências impostas pela UE;

A difusão das novas tecnologias de informação e a utilização da Internet eram dos mais baixos da Europa, tendo a sociedade de informação passado a ser então objecto de atenção por parte do Ministro da Ciência e Tecnologia, Mariano Gago;

As despesas em I&D representavam menos de 1% do PIB, face aos 3%, em média, da UE, embora nos anos precedentes, se divisasse uma tendência de aproximação à média da UE;

A taxa de analfabetismo de Portugal, que abrangia 9% da população, mantinha-se a mais elevada da Europa;

Os níveis de escolaridade e formação continuavam muito baixos, pois cerca de 2/3 da população ficava-se pelos 10 anos de escolaridade;

A evolução, circulação e importação de material de cultura (livros, revistas, jornais, etc.) situava-se em Portugal níveis muito baixos, face a outros países comunitários.

Portugal encontrava-se então entre os Estados-membros menos desenvolvidos da EU, situando-se à frente da Grécia, mas apenas tendo em consideração alguns indicadores.

E F. de Sousa (2000), acrescenta que de acordo com os dados da OCDE, Portugal tinha, em 1998, um PIB de 10 969 dólares por habitante, o mais baixo da União Europeia em preços correntes (medidos portanto em dólares). Corrigido em paridades de poder de compra (PPC), Portugal detinha um PIB por habitante de 15 790 dólares, acima dos 14 143 dólares da Grécia e abaixo dos 17 207 dólares da Espanha. O PIB era, em média, de 21 288 dólares na União Europeia. Assim, o PIB por habitante de Portugal, em paridades de poder de compra situava-se nos 74,2% da média da UE.

O autor sublinhava no entanto aspectos positivos tais como a baixa taxa de desemprego verificada na altura, na ordem dos 4,5%) (sendo uma das mais baixas da Europa Comunitária, e também o reduzido nível de inflação que nos últimos anos se tinha mantido nos 2% ao ano. Conclui ainda o mesmo autor que, em conformidade, a economia portuguesa era aquela que mais esforços de modernização e crescimento deveria continuar a desenvolver, para se aproximar dos níveis médios de riqueza comunitária. Para isso, seria imperioso que crescesse, não ligeiramente acima da média europeia, mas sim ao nível de países como a Irlanda ou a Holanda.

Uma questão que se coloca no âmbito do passado do país prende-se com as crises que tem atravessado, para daí se tirar os ensinamentos que poderão ajudar a evitar ou minimizar situações idênticas.

A. Perez Metelo (2010), aborda este tema no período pós 25 de Abril de 1974, referindo que “já passámos por cinco recessões. Todas elas com as suas características próprias, todas elas resultando de causas e decisões internas, mas operando num enquadramento económico cada vez mais aberto, ou seja, mais exposto às grandes variações da conjuntura económica europeia e internacional.” Essas crises ocorreram em 1977/78, 1983, 1993, 2002/2003, e, a última como início em 2008.

Sobre a crise de 1977/78, de acordo com o autor, os excessos pós-revolucionários, que desalinham os custos de produção (em especial, os salários), da produtividade e a competitividade das exportações, ao

mesmo tempo que o País tinha de absorver o regresso de centenas de milhares de cidadãos provenientes de Angola e Moçambique, estão na origem do primeiro programa de estabilização das contas nacionais e públicas por parte do FMI e, com ele, o recuo do produto interno. Como acrescenta Perez Metelo, a desvalorização do escudo e a escassa conflitualidade social fizeram com que se atingissem os objectivos com notável rapidez.

Porém cinco anos após, em 1983, foi preciso recorrer novamente ao FMI devido a novo aperto causado entre 1980 e 1982 pela duplicação da dívida pública. Quando o Governo Mário Soares/ Mota Pinto entra em funções (1983), havia divisas para pagar uma escassa semana de importações. Este segundo aperto foi o mais gravoso socialmente pois esteve na origem nomeadamente de despedimentos, bandeiras negras da fome em Setúbal, poupança forçada de meio 13.º mês.

Conforme refere ainda Perez Metelo “seguiu-se a recessão de 1993, na onda do abrandamento geral causado pelo segundo choque petrolífero. A desvalorização do escudo foi arma para repor a competitividade perdida. Mas esse recurso estava-nos vedado em 2002/2003, quando o País voltou a estar de "tanga", e na grande crise 2008/2009, cujas sequelas a nível da correcção do défice e da dívida pública temos agora de pagar com mais sacrifícios”.

Recorde-se que já antes Portugal havia falido sete vezes nas seguintes épocas: 1560, 1605, 1828, 1837-1841, 1845, 1852-1856 e 1890-1901.<sup>16</sup>

---

<sup>16</sup> Para mais esclarecimentos sobre as crises atravessadas por Portugal ver P. Peixoto (2011).

## DISCUSSÃO, CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Á semelhança do que se verificou com os cenários para as envolventes de Portugal, também para o país os cenários recenseados apresentam gradações variadas numa escala favorável - desfavorável.

Vários têm sido os autores que acentuam as perspectivas adversas nomeadamente a inviabilidade do estado social acompanhada da retracção demográfica.

A opinião dos inquiridos no estudo exploratório revela que com excepção da dimensão tecnológica, antevêem para 2020-2030 perspectivas antagónicas nas restantes dimensões.

Estes factos são antecidos de um percurso ao longo do qual Portugal atravessou desde 1974 cinco recessões que conseguiu superar (1977/78 quando teve lugar o primeiro programa de estabilização das contas nacionais e públicas por parte do FMI e, com ele, o recuo do produto interno; 1980 e 1982, período durante o qual duplicou a dívida pública; 1993, na onda do abrandamento geral causado pelo segundo choque petrolífero; 2002/2003, quando o País voltou a estar de "tanga", e a grande crise 2008/2009, cujas sequelas a nível da correcção do défice e da dívida pública os portugueses têm agora de pagar com pesados sacrifícios).

## BIBLIOGRAFIA

### Com autor referenciado

AGUIAR, Ricardo (2010). *Cenários socioeconómicos de longo prazo para o município de Cascais*, Lisboa, LNEG

[http://www.ricardoaguiar.info/refs\\_SE\\_scenarios/PECAC%20-%20Relatorio%20Cenarios%20Socioeconomicos%20Cascais.pdf](http://www.ricardoaguiar.info/refs_SE_scenarios/PECAC%20-%20Relatorio%20Cenarios%20Socioeconomicos%20Cascais.pdf)

ALVARENGA, António (Organizador) (2008). *Enquadramento Externo e Desafios Estratégicos - (D)PP 1* (documento de trabalho), Lisboa, DPP

[http://www.dpp.pt/pages/files/DPP\\_Portugal\\_Profiles\\_1.pdf](http://www.dpp.pt/pages/files/DPP_Portugal_Profiles_1.pdf)

AMARAL, Luís Mira (2009). *A crise financeira e a economia portuguesa: a perspectiva dos engenheiros*, Ordem dos Engenheiros - Comissão de Engenharia e Gestão Industrial

[http://www.ordemengenheiros.pt/fotos/dossier\\_artigo/ea4740f7fe9633eeffc88a44e09372d4.pdf](http://www.ordemengenheiros.pt/fotos/dossier_artigo/ea4740f7fe9633eeffc88a44e09372d4.pdf)

AMARAL, Luís Mira (2009). *Perspectivas para a economia portuguesa*, Porto, AICCOPN

[http://www.aiccopn.pt/upload/Fiscalidade\\_2011/Luis\\_Mira\\_Amaral.pdf](http://www.aiccopn.pt/upload/Fiscalidade_2011/Luis_Mira_Amaral.pdf)

AUGUSTO MATEUS & ASSOCIADOS et al. (2004). *A Economia Portuguesa e o Alargamento da União Europeia - Relatório Final*, Lisboa, s.e.

[www.gren.pt/download.php?id=117](http://www.gren.pt/download.php?id=117)

AZEVEDO, Hugo et al. (2005). *Sustentabilidade do Sistema de Pensões de Reforma Português*, Porto, Universidade Católica Portuguesa / Centro Regional do Porto Pólo da Foz / Faculdade de Economia e Gestão.

<http://www.porto.ucp.pt/feg/work/docs/Sustentabilidade%20do%20sistema%20de%20pens%C3%B5es%20de%20reforma%20nacional.pdf>

BARROS, Susana (2010). *O Impacto económico das Energias Renováveis em Portugal A Energia Solar*, Centro de Congressos de Lisboa, BES

[http://diaseuropeusdosol.web.officelive.com/Documents/SB\\_BES\\_13Mai10.pdf](http://diaseuropeusdosol.web.officelive.com/Documents/SB_BES_13Mai10.pdf)

CARTAXEIRO, Hugo (2009). *Smart 2020 em Portugal e as Autarquias*, Autarquia Digital - Inovação na Administração Pública Autárquica

<http://autarquiadigital.com/2009/02/16/smart-2020-em-portugal-e-as-autarquias/>

CIP (2011). *Propostas da CIP para o programa do novo governo*, s.l., CIP

<http://www.cip.org.pt/irj/servlet/prt/portal/prtroot/com.sap.km.cm.docs/cip/documentos/centrodocumentacao/Medidas%20para%20enfrentar%20a%20crise/PROPOSTAS%20DA%20CIP%20PROGRAMA%20GOVERNAMENTO%20Maio%202011.pdf>

DAMAS, Manuela (s/d). *Um exercício exploratório sobre a evolução do sistema energético em Portugal: consequências na evolução de emissões de GEE*, s.l., s.e.

[http://www.apea.pt/xFiles/scContentDeployer\\_pt/docs/Doc149.pdf](http://www.apea.pt/xFiles/scContentDeployer_pt/docs/Doc149.pdf)

GUERRA, Ana Rita (2009). *Como Portugal pode sair da crise em dez anos*, s.l., s.e., 12 de Maio

<http://www.ionline.pt/conteudo/4013-como-portugal-pode-sair-da-crise-em-dez-anos>

LEMOS, Manuel (2011). “Há muito desperdício”, *Expresso*, nº 2006, 09 de Abril (texto de João Garcia)

MATOS, Sérgio Campos (coord) (2002). “Crises em Portugal nos séculos XX e XXI”, *Actas do Seminário organizado Centro de História da Universidade de Lisboa*, Lisboa, Universidade de Lisboa

[http://www.fl.ul.pt/unidades/centros/c\\_historia/Biblioteca/indices/Crises%20em%20Portugal%20nos%20Séculos%20XIX%20e%20XX.pdf](http://www.fl.ul.pt/unidades/centros/c_historia/Biblioteca/indices/Crises%20em%20Portugal%20nos%20Séculos%20XIX%20e%20XX.pdf)

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL (2006). *Medidas de Reforma da Segurança Social Documento de Trabalho: Análise da Sustentabilidade de Longo Prazo da Segurança Social*, s.l., MTSS

[http://www.mtss.gov.pt/preview\\_documentos.asp?r=621&m=PDF](http://www.mtss.gov.pt/preview_documentos.asp?r=621&m=PDF)

PEIXOTO, Pedro de Abreu (2011). “As crises da economia capitalista em Portugal: aspectos históricos para uma reflexão política”, *O jardim da estação: Promover a cidadania com responsabilidade*

<http://jardindaestacao.wordpress.com/2011/02/15/as-criSES-da-economia-capitalista-em-portugalaspectos-historicos-para-uma-reflexao-politica/>

PEREZ METELO, António (2010). “Cinco vezes a entrar e a sair de crises”, *DN Portugal* de 05 Outubro

[HTTP://WWW.DN.PT/INICIO/PORTUGAL/INTERIOR.ASPX?CONTENT\\_ID=1678224](http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=1678224)

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS (2007). “Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2007 (Aprova a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável e o respectivo Plano de Implementação)”, *Diário da República*, 1.ª série – N.º 159 – 20 de Agosto.

[http://www.planotecnologico.pt/document/ENDS-PIENDS\\_2015.pdf](http://www.planotecnologico.pt/document/ENDS-PIENDS_2015.pdf)

RIBEIRO, José Félix (s/d). *Cenários para a economia portuguesa no horizonte 2020: Uma breve reflexão*, s.l., ANEOP

[www.aneop.pt/docs/5.pdf](http://www.aneop.pt/docs/5.pdf)

SaeR (2009). *O Hypercluster da Economia do Mar. Um domínio de potencial estratégico para o desenvolvimento da economia portuguesa*, Lisboa, SaeR/ACL.

<http://www.fem.pt/Documentos/Hypercluster%20da%20Economia%20do%20Mar.pdf>

SERRA, Pedro Vaz (2008). “A Economia do Mar, segundo Ernâni Lopes”, *Negócios Online*, de 15 de Abril.

[http://www.jornaldenegocios.pt/home.php?template=SHOWNEWS\\_V2&id=315312](http://www.jornaldenegocios.pt/home.php?template=SHOWNEWS_V2&id=315312)

SOUSA, Fernando de (2000). “Portugal e a União Europeia”, *Revista brasileira de Política Internacional*, vol. 43, nº 2, pp. 192-200.

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73292000000200009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292000000200009&lng=en&nrm=iso)

### **Sem autor referenciado**

Globalização e Cenários para Portugal.

09/06/2008

<http://dissidentex.wordpress.com/tag/globalizacao/> (acedido em

## ANEXOS

Anexo I	Projecto Farol – Uma ambição para Portugal
Anexo II	Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS)
Anexo III	Quadro de Referência Estratégico Nacional
Anexo IV	Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural – 2007 – 2013
Anexo V	Plano Estratégico Nacional do Turismo
Anexo VI	Lei de Bases da Política do Ordenamento do Território e do Urbanismo

## ANEXO I - PROJECTO FAROL – UMA AMBIÇÃO PARA PORTUGAL

### 24 problemas para o Ordenamento do Território identificados no PNPOT

#### a) Recursos naturais e gestão de riscos

1. Degradação do solo e riscos de desertificação, agravados por fenómenos climáticos (seca e chuvas torrenciais) e pela dimensão dos incêndios florestais.
2. Degradação da qualidade da água e deficiente gestão dos recursos hídricos.
3. Insuficiente desenvolvimento dos instrumentos de ordenamento e de gestão das áreas classificadas integradas na Rede Fundamental de Conservação da Natureza.
4. Insuficiente consideração dos riscos nas acções de ocupação e transformação do território, com particular ênfase para os sismos, os incêndios florestais, as cheias e inundações e a erosão das zonas costeiras.

#### b) Desenvolvimento urbano e rural

5. Expansão desordenada das áreas metropolitanas e de outras áreas urbanas, invadindo e fragmentando os espaços abertos, afectando a sua qualidade e potencial ecológico, paisagístico e produtivo, e dificultando e encarecendo o desenvolvimento das infra-estruturas e a prestação dos serviços colectivos.
6. Despovoamento e fragilização demográfica e socioeconómica de vastas áreas e insuficiente desenvolvimento dos sistemas urbanos não metropolitanos e da sua articulação com os espaços rurais envolventes, enfraquecendo a competitividade e a coesão territorial do país.
7. Degradação da qualidade de muitas áreas residenciais, sobretudo nas periferias e nos centros históricos das cidades, e persistência de importantes segmentos de população sem acesso condigno à habitação, agravando as disparidades sociais intra-urbanas.
8. Insuficiência das políticas públicas e da cultura cívica no acolhimento e integração dos imigrantes, acentuando a segregação espacial e a exclusão social nas áreas urbanas.

#### c) Transportes, energia e alterações climáticas

9. Subdesenvolvimento dos sistemas aeroportuário, portuário e ferroviário de suporte à conectividade internacional de Portugal, no quadro ibérico, europeu, atlântico e global.
10. Deficiente intermodalidade dos transportes, com excessiva dependência da rodovia e do uso dos veículos automóveis privados e insuficiente desenvolvimento de outros modos de transporte, nomeadamente do ferroviário.
11. Elevada intensidade (reduzida eficiência) energética e carbónica das actividades económicas e dos modelos de mobilidade e consumo, com fraco recurso a energias renováveis, conduzindo a uma estreita associação dos ritmos do crescimento económico com os do aumento do consumo de energia e das emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE).
12. Elevada dependência de fontes de energia primária importadas (petróleo, carvão e gás natural), com forte concentração das origens geográficas e pesadas implicações no défice externo, agravada pela

volatilidade e tendência estrutural de aumento dos preços desses recursos não renováveis e de natureza estratégica.

#### **d) Competitividade dos territórios**

**13.** Forte dispersão geográfica das infra-estruturas económicas e dos equipamentos terciários mais qualificantes, com perdas de escala e atrofia das relações de especialização e complementaridade geradoras de maior rendibilidade social e económica.

**14.** Ausência de um sistema logístico global, que tenha em conta os requisitos dos diferentes sectores de actividade e a inserção dos territórios nos mercados globais.

**15.** Insuficiente projecção externa das funções económicas das principais aglomerações urbanas, dificultando a participação de Portugal nos fluxos de investimento internacional.

**16.** Reduzida extensão das cadeias de valor e insuficiente exploração das condições e dos recursos mais diferenciadores dos territórios, e correspondente debilidade das relações económicas inter-institucionais e inter-regionais no espaço económico nacional.

#### **e) Infra-estruturas e serviços colectivos**

**17.** Expansão e intensa alteração da estrutura da procura social de serviços colectivos e de interesse geral, pelo efeito conjugado de mudanças demográficas (envelhecimento, imigração e migrações internas), económicas e culturais.

**18.** Desajustamento da distribuição territorial e da qualidade da oferta de infra-estruturas colectivas e dos serviços de interesse geral face a essa expansão e alteração estrutural das procuras sociais.

**19.** Deficiente programação do investimento público em infra-estruturas e equipamentos colectivos, com insuficiente consideração dos impactes territoriais e dos custos de funcionamento e manutenção.

**20.** Incipiente desenvolvimento da cooperação territorial de âmbito supra-municipal na programação e gestão de infra-estruturas e equipamentos colectivos, prejudicando a obtenção de economias de escala e os ganhos de eficiência baseados em relações de associação e complementaridade.

#### **f) Cultura cívica, planeamento e gestão territorial**

**21.** Ausência de uma cultura cívica valorizadora do ordenamento do território e baseada no conhecimento rigoroso dos problemas, na participação dos cidadãos e na capacitação técnica das instituições e dos agentes mais directamente envolvidos.

**22.** Insuficiência das bases técnicas essenciais para o ordenamento do território, designadamente nos domínios da informação geo-referenciada sobre os recursos territoriais, da cartografia certificada, da informação cadastral e do acesso em linha ao conteúdo dos planos em vigor.

**23.** Dificuldade de coordenação entre os principais actores institucionais, públicos e privados, responsáveis por políticas e intervenções com impacte territorial.

**24.** Complexidade, rigidez, centralismo e opacidade da legislação e dos procedimentos de planeamento e gestão territorial, afectando a sua eficiência e aceitação social.

Fonte: Projecto Farol – Uma ambição para Portugal <http://www.projectofarol.com/site/>

## ANEXO II - ESTRATÉGIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

### PONTOS FORTES NA SITUAÇÃO DE PARTIDA PORTUGUESA

#### (ENDS)

- Um património histórico, cultural, arquitectónico e de relacionamento com áreas emergentes da economia mundial, bem como na esfera da cultura e das artes, criadores e artistas de referência a nível mundial, criando condições sólidas para o desenvolvimento de actividades turísticas e para o intercâmbio com espaços emergentes na economia mundial.
- Uma língua – a língua portuguesa – como factor potencial de organização de um espaço cultural e económico de importância mundial.
- O acesso a um espaço oceânico que abre múltiplas oportunidades para actividades científicas e tecnológicas (ligadas às ciências do mar), económicas e turísticas (vd. cruzeiros, pesca, vela, desportiva, mergulho, etc.).
- Posicionamento geográfico central em relação às rotas internacionais de pessoas e mercadorias, de que decorre um potencial logístico relevante.
- Capacidade de liderança mundial e imagem de credibilidade em certos sectores estratégicos, potenciadora de maior protagonismo internacional.
- Elevado nível de segurança, traduzido em baixos níveis de criminalidade, cujo decréscimo geral, aliado à contenção das formas de delinquência violentas e organizadas, confere a Portugal um estatuto especialmente favorável.
- Grande diversidade de património natural e riqueza em biodiversidade ao nível europeu.
- Uma das mais elevadas taxas de produção primária florestal da Europa.
- Condições climáticas e paisagísticas favoráveis à atracção de pessoas e actividades e ao desenvolvimento turístico.
- Existência de recursos geológicos favoráveis à redução da dependência externa de Portugal em matérias-primas não energéticas.
- Integração numa zona de estabilidade cambial, como é a zona Euro, contribuindo para a adopção de políticas de consolidação orçamental e para a revisão de prioridades nas despesas públicas e no seu modo de financiamento.
- Concretização de um processo de reformas estruturais, enquadrado num esforço comum a nível da União Europeia, que lhe dá maior base consensual interna, patente na elaboração do PNACE (Programa Nacional de Acção para o Crescimento e Emprego).
- Nível de despesa pública na educação básica e secundária, que em termos relativos, e para o conjunto dos graus de ensino, se situa em níveis elevados no seio da UE, permitindo um salto significativo no nível de escolarização, tendo em conta o ponto de partida, sem esquecer a necessidade de tirar deste investimento uma maior rentabilidade.

- Existência de um conjunto desenvolvido de recursos físicos e humanos de suporte às políticas de emprego e de formação profissional que permite potenciar a acção nesses domínios.
- Existência de pólos de I&D de qualidade internacional em áreas que podem ser úteis, já no curto e médio prazo, para apoiarem a diversificação de actividades – robótica, automação e visão computacional, tecnologias de informação e comunicação, ciências da saúde, biologia molecular, biotecnologia e química fina, polímeros, física tecnológica e instrumentação, dinâmica não-linear, ciências sociais e humanas.
- Evolução favorável na cobertura do País pelas redes de telecomunicações e uma forte dinâmica empresarial neste sector e nos sectores afins, incluindo uma presença significativa em mercados externos.
- Lançamento de um conjunto inovador de iniciativas para a Sociedade de Informação, como os espaços Internet, campus virtuais, internet nas escolas, biblioteca do conhecimento online, cidades e regiões digitais, compras públicas electrónicas, governo electrónico, rede solidária, acessibilidade electrónica, etc.
- Clara disponibilidade manifestada pelos portugueses para rapidamente se tornarem utilizadores das tecnologias da informação, nos mais variados campos da sua aplicação.
- Melhoria muito significativa das acessibilidades no interior do país e com Espanha, assente no modo rodoviário, que facilitou a consolidação de uma rede de cidades no contexto nacional.
- Existência de um sistema desenvolvido de redes de distribuição que não só assegura uma cobertura nacional de qualidade como abre uma boa oportunidade de internacionalização, criando canais de escoamento aos produtos de origem nacionais.
- Quadro normativo da área do ambiente exigente e actualizado, em larga medida devido à integração no espaço comunitário.
- Existência de um quadro de instrumentos de ordenamento de território que permite introduzir factores de racionalidade nas decisões de ocupação de espaço.

Fonte: ENDS

[http://www.planotecnologico.pt/document/ENDS-PIENDS\\_2015.pdf](http://www.planotecnologico.pt/document/ENDS-PIENDS_2015.pdf)

## PONTOS FRACOS NA SITUAÇÃO DE PARTIDA PORTUGUESA

### (ENDS)

- Fraca produtividade resultante da interacção de quatro factores principais: padrão de actividades dominante no País; baixas habilitações e qualificações da população; posição ocupada pelas empresas que exportam a partir de Portugal nas cadeias de valor das actividades globais em que se inserem; deficiências organizativas, quer internas às empresas quer resultantes da insuficiente organização em rede das actividades em Portugal.
- Um padrão de actividades “internacionais”, onde se incluem indústrias baseadas na intensidade do trabalho e nas baixas qualificações, com fraca incorporação de inovação e conhecimento e baixos níveis de investimento em I&D: vestuário, calçado, cablagens etc.; na combinação de recursos

naturais com reservas de expansão limitadas e baixas qualificações do trabalho – madeira, cortiça, papel, cerâmicas - e em serviços baseados em recursos naturais e baixas qualificações – nomeadamente o turismo “sol–praia”, visto como oferta isolada.

- Uma orientação de mercado das exportações portuguesas concentrada numa única macro-região da economia mundial – a Europa Continental e a zona Euro, com especial incidência na Espanha – que não se afigura como uma das de maior crescimento no futuro.
- Uma séria dificuldade na atracção de investimento directo estrangeiro, o qual poderia contribuir para o enriquecimento da “carteira de actividades” exportadoras do País devido à convergência de diversos factores, designadamente: posição geográfica periférica, sem tirar partido das infra-estruturas de internacionalização e dos serviços associados que a compensem; deficiente qualificação de base da população activa; peso da burocracia e da regulamentação em várias áreas.
- Sector da cultura e das artes frágil quer na comparação nacional com os demais sectores, quer em termos europeus, quer em termos internacionais.
- Uma estrutura empresarial e de qualificações com altos défices e vulnerabilidades em termos de trinómio “crescimento sustentado, competitividade e emprego”, com persistência de um modelo dominante de desenvolvimento assente em actividades de baixo valor acrescentado e fraca incorporação de inovação e de conhecimento, bem como baixos níveis de investimento em I&D, onde a formação e as TIC apresentam um grau de disseminação diminuto.
- Um ensino obrigatório com elevados índices de insucesso escolar, que promovem a saída precoce do sistema educativo. Estes índices de insucesso são ainda mais acentuados no ensino secundário cuja atractividade é reduzida para os estudantes que não pretendem prosseguir estudos superiores.
- Uma expressão ainda muito insuficiente de formação profissionalizante e de índole tecnológica no ensino secundário, dando origem a dificuldades de empregabilidade para os alunos que não prosseguem estudos no ensino superior.
- Uma reduzida formação de engenheiros e outros profissionais de áreas tecnológicas, que acompanha um crescente desinteresse dos jovens pelas áreas científicas, e que limita a capacidade de atrair actividades mais exigentes em competências tecnológicas.
- Uma persistente incapacidade de ajustar a oferta e procura de mão-de-obra qualificada, coexistindo a procura de competências técnicas sem resposta adequada no sistema de ensino (e que permitiria a requalificação de jovens e adultos com níveis pouco elevados de escolaridade) com a produção significativa de quadros qualificados sem procura no mercado de trabalho.
- Uma grande intensidade energética da economia que, não obstante a redução de importância dos sectores industriais pesados continuou em patamares elevados, devido ao acréscimo dos consumos de transporte individual e do sector residencial e dos serviços, responsável pelo aumento significativo das emissões de GEE (gases com efeito de estufa), implicando grandes dificuldades no cumprimento dos compromissos assumidos com a UE e a nível internacional, que se podem traduzir em fortes penalizações financeiras e no estrangulamento do desenvolvimento. A este consumo associa-se uma elevada dependência energética do exterior, Portugal depende em mais de 85% de fontes exteriores de energia primária, num ambiente de forte aumento dos preços da energia primária, com um impacto muito negativo na economia.
- Um modelo de mobilidade assente sobretudo no modo rodoviário, especialmente em formas de utilização individual, com forte carga simbólica, causando impactos fortemente negativos no

ambiente e na qualidade de vida e gerando, devido ao congestionamento, necessidades permanentes de novos investimentos em infra-estruturas, e contribuindo também para o aumento

muito significativo das emissões de GEE.

- Um sector empresarial do Estado com um núcleo importante no sector dos transportes, que, sem contractualização do serviço público prestado, vai gerando sistematicamente défices e tem dificuldade em promover uma oferta competitiva e ambientalmente mais sustentável.
- Uma elevadíssima dependência energética do exterior, que aumenta a vulnerabilidade em matéria de aprovisionamento energético.
- Um equipamento em infra-estruturas de transporte de mercadorias e pessoas com dificuldade de integração nas principais rotas internacionais (referência aos portos de águas profundas e aeroportos internacionais), acentuando os efeitos negativos de uma posição periférica na Europa.
- Excessiva segmentação sectorial que dificulta o ajustamento em rede das respostas dos sectores sociais, de modo articulado e dinâmico.
- Insuficiente cultura de planeamento estratégico transversal aos sectores e às regiões.

Fonte: ENDS

[http://www.planotecnologico.pt/document/ENDS-PIENDS\\_2015.pdf](http://www.planotecnologico.pt/document/ENDS-PIENDS_2015.pdf)

#### **RISCOS QUE PODEM DIFICULTAR A MELHORIA DA SITUAÇÃO DE PARTIDA PORTUGUESA**

**(ENDS)**

- Perda de credibilidade internacional por falta de cumprimento dos compromissos internacionais assumidos.
- Maior abertura dos mercados da UE aos países asiáticos, devido a acordos internacionais e ao interesse das multinacionais europeias em explorar as oportunidades desses mercados, nomeadamente no caso da China.
- Dificuldades adicionais na captação de IDE resultantes da presença no interior da União Europeia de novos Estados Membros com melhores condições em termos de qualificação de mão-de-obra, custos do trabalho, níveis de protecção social aceites pela população e, por vezes, posição geográfica.
- Alteração do mercado energético com consequências no agravamento do défice comercial externo do País e nas pressões inflacionistas internas.
- Evolução demográfica, marcada pelo envelhecimento da população que terá tendência a agravar os custos dos sistemas de saúde e segurança social.
- Limitações possíveis no espaço da UE ao principal modo de transporte de mercadorias do comércio intracomunitário de Portugal – o meio rodoviário.
- Potencial crescimento do desemprego com origem nomeadamente no inevitável processo de reestruturação e deslocalização nas indústrias mais trabalho intensivas, atingindo mão-de-obra em faixas etárias e com níveis de escolaridade que tornam difícil a sua reintegração no mercado de

trabalho.

- Acumulação de factores – da saída precoce do sistema escolar ao desemprego de longa duração e dificuldades de integração de população imigrante – que podem contribuir para aumento de exclusão social.
- Enfraquecimento da posição do país em termos culturais e artísticos, nomeadamente face aos países que mais recentemente aderiram à UE.
- Elevada fixação fora do país de quadros portugueses altamente qualificados e incapacidade de aproveitamento de recursos humanos qualificados de origem estrangeira.
- Desigualdades sociais acentuadas e elevado nível de pobreza não só de excluídos do mercado de trabalho como também de uma parte dos trabalhadores menos qualificados.
- Prosseguimento de um crescimento urbano extensivo e muitas vezes sem a qualidade estética e ambiental desejáveis, comprometendo recursos naturais, qualidade de vida das populações e atractividade do território.
- Permanência de uma aposta no turismo de massas, pouco diversificado, com risco de impacto negativo no ambiente e nos recursos naturais, em particular no litoral.
- Afectação excessiva de espaços ao turismo afluente, com risco de consumo excessivo de recursos naturais.
- Risco de incêndio, associado às alterações climáticas, a espaços florestais pouco resistentes e resilientes aos incêndios, ao despovoamento, à estrutura de propriedade ou a uma deficiente infra-estrutura de defesa contra incêndios, com fortes implicações nos riscos associados ao investimento no sector florestal e à protecção e conservação de valores naturais.
- Possível abandono da actividade agrícola provocando a perda do potencial endógeno de desenvolvimento e a desertificação de território.
- Poluição das águas de superfície e subterrâneas e aproveitamento ineficiente das reservas de água, nomeadamente quando as perspectivas associadas às alterações climáticas apontam para maior frequência de situações de seca e escassez de recursos hídricos, sobretudo nas áreas naturalmente mais secas e com maior pressão sobre esses recursos.
- Concentração excessiva do desenvolvimento do sector público empresarial na área do ambiente (água e resíduos) com multiplicação de iniciativas de regulamentação.
- Vulnerabilidade – no longo prazo – da extensa orla costeira, devido à ocupação desordenada e intervenções humanas que se têm provocado elevados níveis de erosão, e de instabilidade das formações costeiras e degradação da paisagem.
- Riscos naturais em algumas regiões, designadamente sismicidade, cheias e secas, estes dois últimos sujeitos ainda a factores de maior imprevisibilidade decorrente do processo de alterações climáticas

Fonte: ENDS

[http://www.planotecnologico.pt/document/ENDS-PIENDS\\_2015.pdf](http://www.planotecnologico.pt/document/ENDS-PIENDS_2015.pdf)

**OPORTUNIDADES QUE PODEM IMPULSIONAR UMA EVOLUÇÃO MAIS FAVORÁVEL PARA O**

## DESENVOLVIMENTO

### (ENDS)

- Consolidação de um modo de organização das empresas líder a nível mundial que alimenta um processo de *outsourcing* para diversos locais do mundo de um número crescente de actividades, das mais simples às mais complexas, abrindo oportunidades à localização de novas actividades em Portugal.
- Multiplicação das actividades de serviços que à escala mundial se deslocalizam para regiões que combinam características naturais, ambientais, culturais e de disponibilidade de recursos humanos qualificados.
- Intensificação dos fluxos de turismo resultantes da procura de espaços residenciais em localizações com clima ameno, qualidade ambiental e paisagística, condições de segurança e bons serviços de saúde por parte de sectores com elevado poder de compra da população europeia.
- Criação de ofertas turísticas que se caracterizem pela promoção das acessibilidades dos edifícios e respondam às necessidades específicas dos turistas com mobilidade reduzida, incapacidades ou deficiência (turismo acessível).
- Existência de uma rede de infra-estruturas construídas nas últimas décadas e de recursos humanos crescentemente mais qualificados, embora em número ainda insuficiente, que tornam o país mais atractivo e com maiores capacidades de desenvolvimento endógeno.
- Facilidade de atracção de imigrantes com níveis de qualificação superiores à média portuguesa, o que permite a adopção de estratégias de captação selectivas e adequadas ao desenvolvimento das actividades, que fortalecem a competitividade do país.
- Disponibilidade de vastos espaços territoriais com baixa densidade populacional que os tornam atractivos para um conjunto de actividade (da aeronáutica e serviços associados às energias renováveis).
- Possibilidades de reforço da cooperação no espaço dos países de língua portuguesa e de aproximação a países asiáticos com ligações históricas a Portugal.
- Possibilidade de reforçar a participação e liderança de Portugal nos fora de discussão mundial, em particular junto da EU, OCDE e Nações Unidas.
- Proximidade de uma bacia energética em forte crescimento na África Ocidental, abrindo eventualmente oportunidades na área dos serviços e da manutenção industrial.
- Possibilidade de estreitamento de relações privilegiadas com regiões fortemente inovadoras dos EUA, Europa do Norte e Ásia, que contribuam para um reforço do IDE em direcção a Portugal.
- Oportunidades de alargamento de mercado às empresas até agora mais viradas para o mercado interno, no espaço de proximidade que é a economia de Espanha.
- Potencial em energias renováveis elevado: incluindo energia hídrica, energia eólica, energia das marés, das ondas e das correntes, bio-energia e energias solares.
- Oportunidades de exploração de novas fronteiras nas áreas energéticas, participando em redes de I&D envolvidas na investigação e desenvolvimento.
- Existência de empresas interessadas em incrementar o aproveitamento dos recursos geológicos não

energéticos, tirando partido das elevadas cotações que os mercados internacionais têm registado, e que se prevê que se venham a manter nos próximos anos.

Fonte: ENDS

[http://www.planotecnologico.pt/document/ENDS-PIENDS\\_2015.pdf](http://www.planotecnologico.pt/document/ENDS-PIENDS_2015.pdf)

### ANEXO III - QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO NACIONAL

Conforme consta no QREN a análise apresentada sobre as oportunidades e as ameaças com que se defronta o processo de desenvolvimento, bem como sobre as forças e fragilidades da situação portuguesa apresentada nos pontos anteriores é sintetizada numa **Análise SWOT** através das tabelas seguintes:

#### Oportunidades e Ameaças – Factores Exógenos Condicionantes

OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
Incertezas acrescidas no reordenamento político internacional, com repercussões em termos de comércio internacional	
Reforço da cooperação no interior do espaço dos países de língua portuguesa e de aproximação a países asiáticos com ligações históricas a Portugal	Potenciais efeitos negativos em pequenas economias abertas e sem peso político considerável no processo de decisão das principais organizações internacionais
Estímulo ao desenvolvimento e exploração de fontes de energia renovável, alternativas aos hidrocarbonetos, designadamente aquelas que dependem de recursos em que Portugal está bem dotado	Crescente instabilidade macroeconómica nos países da América Latina com reflexos potenciais em processos de internacionalização da economia portuguesa nesses países
	Pressões sobre o mercado petrolífero e volatilidade de preços, com consequências no agravamento do défice comercial externo do País
	Dificuldades intermitentes no transporte aéreo e no turismo internacional com repercussões negativas na economia portuguesa, nas suas regiões turísticas mais especializadas (Algarve e Madeira)
Afirmação do processo de globalização económica (mundialização dos mercados, intensificação dos fluxos de investimento e comércio, financiamento da economia, organização global dos grandes players) e da emergência das novas potências económicas	
Consolidação de um modo de organização das empresas líder a nível mundial que alimenta um processo de <i>outsourcing</i> para diversos locais do mundo de um cada vez maior número de actividades	Maior abertura dos mercados da UE aos países asiáticos, devido a acordos internacionais e ao interesse das multinacionais europeias em explorar as oportunidades desses mercados, nomeadamente da China
Multiplicação das actividades de serviços que à escala mundial se deslocalizam para regiões que combinam características naturais, ambientais, culturais e de disponibilidade de recursos humanos qualificados, que as tornam especialmente atractivas	Dificuldades de recuperação sustentada da competitividade da União Europeia (com consequentes dificuldades de manutenção de padrões elevados de crescimento) e de manter ritmos de ganhos de economias de escala para a indústria nacional exportadora para o espaço europeu
Potencial geo-estratégico do território nacional em termos de estabelecimento de plataformas de articulação intercontinental - transporte marítimo e aéreo	Forte pressão sobre os modelos sociais prevaletentes na União Europeia, com consequências especiais sobre os modelos mais frágeis das periferias do Sul
Intensificação dos fluxos de turismo resultantes da procura de espaços residenciais em localizações com clima ameno, qualidade ambiental, paisagística e cultural, condições de segurança e bons serviços de saúde por parte de sectores afluentes da população europeia	Forte concorrência das grandes economias emergentes enquanto receptoras privilegiadas de IDE, com repercussão ao nível do desinvestimento externo em Portugal ou diferimento de decisões de investimento
Aumento da procura de bens e serviços nas economias emergentes	Redução da relevância do factor distância na competitividade, com penalização das vantagens competitivas da proximidade aos mercados do Centro da Europa para alguns segmentos da economia portuguesa <i>Dumping</i> social e ambiental por parte de concorrentes emergentes
Aprofundamento dos fenómenos migratórios à escala mundial	
Prosseguimento de movimentos de imigração de populações com níveis de qualificação superiores à média portuguesa que podem contribuir para facilitar a atracção de certo tipo de actividades	Contexto estrutural de baixos salários reais que pode ser prolongado com o surto migratório de populações provenientes de economias de muito baixo rendimento <i>per capita</i>
Dinamização da migração de activos com repercussões positivas na estrutura demográfica e na sustentação do sistema de segurança social	Intensificação de movimentos migratórios de populações provenientes de bolsas de pobreza da Europa de Leste e de África, com efeitos no nível de coesão social em Portugal e provocando novos problemas de integração
Captação de investigadores e engenheiros de I&D provenientes de países de Leste, do Centro da Europa e da Ásia	
Desenvolvimento de novas tecnologias e de novas aplicações das tecnologias de ponta	
Incorporação de centros de I&D nacionais em redes globais de excelência científica	
Incorporação de centros de I&D nacionais em redes globais de excelência científica	
Reforço de novos produtos turísticos, designadamente do turismo de eventos, potenciando a boa inserção internacional de alguns equipamentos culturais, desportivos, científico-tecnológicos	Dificuldades adicionais na captação de IDE resultantes da presença no interior da UE de novos Estados-Membros com melhores condições em termos de qualificação de mão-de-obra, custos do trabalho e posição geográfica
Processos de internacionalização e reorganização de grupos empresariais nacionais nos domínios dos serviços financeiros, construção e <i>utilities</i>	Persistência dos factores de vulnerabilidade a choques externos assimétricos na zona euro
Afirmação de Portugal como espaço de acolhimento e fornecedor de serviços vocacionados para os mercados	Potenciais impactes negativos e territorialmente concentrados de processos de realocização industrial; desemprego com

europeus em actividades de apoio à terceira idade de médios e altos rendimentos	origem nas indústrias trabalho intensivas, atingindo mão-de-obra em faixas etárias e com níveis de escolaridade que tornam difícil a sua reintegração no mercado de trabalho
<b>Incertezas no rumo político da União Europeia</b>	
	Conflito de protagonismos entre os principais países da União Europeia com consequentes efeitos penalizadores para as pequenas economias e para a formação de consensos sólidos sobre as políticas de coesão
<b>Afirmação de grandes orientações de política comunitária</b>	
Evolução da política agrícola comum no sentido do desenvolvimento rural, com repercussões positivas para os espaços rurais do país	Previsível redução dos Fundos Estruturais com fortes repercussões em regiões do território nacional ultraperiféricas ou fortemente desfavorecidas em termos de capacidade de empreendimento
Maior atenção ao aproveitamento dos oceanos como fonte de descoberta de novos recursos biológicos e minerais, com repercussões ao nível do aproveitamento do potencial científico nacional e da valorização dos recursos nacionais	Reforço das tendências centrípetas da política científica e tecnológica comunitária, em função de critérios de concentração e eficiência e da presença de empresas privadas financiadoras
Impactes na estrutura produtiva portuguesa da aplicação de directivas comunitárias em termos de segurança alimentar, critérios ambientais e informação ao consumidor	Redes transeuropeias traçadas em função dos interesses do sistema de cidades de <i>ranking</i> superior da União Europeia, com penalização de alguns elementos do sistema urbano nacional

Fonte: QREN

[http://www.qren.pt/item3.php?lang=0&id\\_channel=34&id\\_page=202](http://www.qren.pt/item3.php?lang=0&id_channel=34&id_page=202)

<b>OPORTUNIDADES</b>	<b>AMEAÇAS</b>
<p>Maior atenção à questão das vulnerabilidades – no longo prazo – aos impactes das alterações climáticas num país com uma extensa orla costeira, com repercussões ao nível da consciência colectiva sobre o valor do ordenamento e da preservação dos recursos naturais</p>	<p>Limitações possíveis no espaço da UE ao principal modo de transporte de mercadorias do comércio externo de Portugal – o rodoviário</p>
<b>Aprofundamento do processo de integração das economias ibéricas</b>	
<p>Alargamento de mercado às empresas até agora mais viradas para o mercado interno (potencialmente interessante para PME portuguesas industriais e de serviços), no espaço de proximidade que é a economia espanhola</p>	<p>Afirmação crescente da Espanha como potência europeia, com efeitos sobre o desenvolvimento equilibrado no comércio luso-espanhol e a manutenção de centros de decisão nacionais em sectores estratégicos</p>
<p>Alargamento da área de mercado dos principais portos portugueses à parte ocidental do território continental espanhol</p>	<p>Forte capacidade logística implantada no território espanhol que gera o risco de concorrer com infra-estruturas logísticas em Portugal</p>
<p>Concretização do projecto de alta velocidade Lisboa – Madrid, que contribuirá significativamente para elevar os níveis de conectividade às escalas ibérica e europeia</p>	<p>Forte concorrência do aeroporto de Madrid dificulta a afirmação de uma plataforma competitiva de transporte aéreo intercontinental em Portugal</p>
<b>Reafirmação de grandes condicionantes e orientações de política económica nacional</b>	
<p>Reformas estruturais iniciadas e políticas orientadas para a competitividade e o crescimento, com eventuais consequências na melhoria dos factores gerais de atractividade da economia portuguesa</p>	<p>Insuficiente territorialização da política agrícola em função da forte diferenciação territorial dos diferentes modelos de agricultura existentes em Portugal</p>
<p>Programas de investimentos em infra-estruturas de abastecimento de água, saneamento básico e recolha e tratamento de resíduos, clarificando as expectativas de actividades e serviços com maior sensibilidade à qualidade ambiental</p>	<p>Dificuldades financeiras na concretização de um projecto fundamental para a conectividade internacional da economia portuguesa – comboios de alta velocidade</p>
<p>Conclusão dos investimentos programados no Plano Rodoviário Nacional com efeitos positivos sobre os padrões de localização de novas actividades</p>	<p>Aposta excessiva num crescimento intenso do sector de turismo, penalizador para os recursos naturais e de sustentabilidade social questionável</p>
	<p>Persistência de dificuldades na territorialização das políticas públicas na área do desenvolvimento socio-económico</p>
<b>Evolução dos padrões de consumo</b>	
<p>Emergência de consumo ecológico e de excelência na gastronomia e na segurança alimentar que podem constituir oportunidades para algumas regiões portuguesas com potencial reconhecido</p>	
<p>Crescente valorização da arquitectura como factor de excelência urbana e de afirmação cultural, tendência para a qual a sociedade portuguesa está bem situada em termos de recursos de excelência com prestígio internacional reconhecido</p>	

Fonte: QREN

[http://www.gren.pt/item3.php?lang=0&id\\_channel=34&id\\_page=202](http://www.gren.pt/item3.php?lang=0&id_channel=34&id_page=202)

Forças e Fraquezas – Dotações Existentes ou Dinâmicas em Curso

FORÇAS	FRAGILIDADES
<b>Ambiente e património natural</b>	
Grande diversidade do património natural, com elevado valor conservacionista; 22% do território nacional classificado com estatuto de protecção de conservação da natureza	Insuficiente protecção e valorização do património natural, frequentemente associado à escassez de conhecimento para a gestão de espécies e <i>habitats</i> protegidos
Clima e qualidade paisagística favoráveis à atracção de pessoas e Actividades	Deficiente gestão de riscos naturais traduzida na destruição do património florestal e no agravamento dos fenómenos de desertificação e de erosão costeira
Cobertura generalizada da população em abastecimento de água	Níveis insuficientes de atendimento em áreas de necessidades básicas, com destaque para a drenagem e tratamento das águas residuais
Quadro legislativo ambiental consolidado	Manifestas dificuldades em cumprir as metas do Protocolo de Quioto quanto à redução das emissões de gases com efeito de estufa
<b>Dotação em recursos naturais e energéticos</b>	
Potencial em energias renováveis elevado: especialmente bioenergia, energias solares, energia eólica e energia hídrica e dotação de instalações portuárias permitindo uma importação diversificada de matérias-primas energéticas	Forte dependência energética do exterior, num quadro de elevada intensidade energética da economia; vulnerabilidade em matéria de aprovisionamento energético
Diversidade de recursos naturais propícios ao desenvolvimento de actividades turísticas de qualidade	Níveis significativos de ineficiência de uso dos recursos hídricos; problemas diversos de qualidade das águas de superfície e subterrâneas
Consciência colectiva crescente sobre a necessidade de promover uma utilização racional dos recursos naturais	Insuficiente aposta na reciclagem e valorização dos resíduos sólidos urbanos
<b>Ordenamento, cidades e valorização do território</b>	
Território diferenciado, com identidade e laços fortes com várias regiões do mundo	Insuficiente inserção internacional das principais aglomerações
Principais opções para a organização do território nacional consolidadas (PNPOT ), permitindo a coerência entre os diversos instrumentos de gestão territorial	Dinâmica de crescimento urbano extensivo e de baixa qualidade, acompanhadas pela progressiva degradação e desvitalização das áreas históricas e prejudicando a sustentabilidade do transporte público
Património histórico, natural, cultural e arquitectónico de grande valia, susceptível de alicerçar dinâmicas económicas e de valorização do território, e afirmação do estatuto de "Património Cultural da Humanidade" (UNESCO) em Portugal a constituir elemento de mobilização pública em torno da qualificação territorial	Desequilíbrio da rede urbana nacional e insuficiente dimensão e integração dos sistemas urbanos não metropolitanos
Extensão e características da faixa costeira como factor de grande valia geo-estratégica e económica	Modelo de mobilidade assente sobretudo no transporte rodoviário e, em meio urbano, no transporte individual, com impacte negativo nas condições gerais de produtividade e na qualidade de vida e ambiental
Rede de pequenas e médias cidades, assegurando bons níveis potenciais de acesso de todo o território a funções, equipamentos e infra-estruturas urbanas	Transformações nos sistemas produtivos agro-florestais conduzindo ao despovoamento e ao abandono dos espaços rurais
Crescente afirmação de um conjunto de cidades médias à escala nacional, com efeitos positivos na estruturação da rede urbana e na valorização dos espaços rurais envolventes	Dificuldades em compatibilizar a preservação e valorização dos recursos territoriais de maior valia com pressões para a sua rentabilização numa lógica privada e de curto prazo
<b>Dotação em infra-estruturas para a conectividade e a atractividade</b>	
Cobertura generalizada do país em infra-estruturas rodoviárias; taxa elevada de concretização do Plano Rodoviário nacional ao nível dos grandes eixos, garantindo bons níveis de acessibilidade entre as principais concentrações urbanas e industriais do País e com Espanha	Atrasos na concretização da rede logística e intermodal de suporte ao sistema de distribuição interna e, parcialmente, de exportação - importação da especialização produtiva nacional
Evolução favorável na cobertura do País pelas redes de telecomunicações e uma forte dinâmica empresarial neste sector e nos sectores afins, incluindo uma presença empresarial significativa em mercados Externos	Persistência de défices de conectividade interna e internacional, acentuando os efeitos negativos de uma posição periférica na Europa e prejudicando a valorização da posição geo-estratégica do país no contexto mundial
Infra-estruturas aeroportuárias internacionais no Continente com potencial de especialização elevado e com progressão sustentada de procura; estruturas aeroportuárias da Madeira e dos Açores, que se têm revelado ajustadas à sua internacionalização	Continuada debilidade da rede ferroviária convencional nos eixos de grande procura que servem o sistema urbano e os pólos geradores de tráfego de mercadorias
Boa cobertura do território continental em termos de áreas e de zonas de acolhimento empresarial e de equipamentos de apoio à realização de eventos empresariais e de mostras de produtos, com forte adequação à distribuição territorial dos principais <i>clusters</i> industriais	Débil capacidade organizativa, de gestão empresarial e de sustentabilidade financeira da maioria das infra-estruturas de acolhimento empresarial
<b>Dotação em infra-estruturas e equipamentos sociais</b>	
Forte acréscimo na dotação de equipamentos e infra-estruturas de natureza social, no conjunto das regiões portuguesas, com influência nos padrões de coesão social	Forte pressão social para a manutenção de níveis elevados de infra-estruturação e de dotação de novos equipamentos, à revelia do planeamento de redes e das possibilidades

	oferecidas pelo sistema de transportes, sem acautelar a respectiva sustentabilidade económica e financeira
<b>Competitividade territorial e assimetrias regionais</b>	
Níveis de equipamento e infra-estruturação assegurando na generalidade do território as condições mínimas de evolução para um novo patamar de qualidade de vida e de competitividade	Dinâmicas demográficas recessivas e de despovoamento nas regiões do interior em contextos de muito baixas densidades populacionais
Emergência de novos pólos de dinâmica económica e demográfica fora das áreas metropolitanas	Défice generalizado de capacidade competitiva num quadro de reforço das assimetrias entre as regiões portuguesas
Potencial de capitalidade atlântica que a aglomeração de Lisboa apresenta no contexto das regiões atlânticas (uma das raras capitais nacionais com vocação marcadamente atlântica), secundada pelo Porto no contexto do Noroeste peninsular	Insuficiente dimensão dos centros urbanos não metropolitanos, limitando o surgimento de economias de aglomeração e o potencial de inovação
Relativo equilíbrio inter-regional em termos de coesão social, reflectindo-se mais na cobertura de bens e serviços e menos na intensidade e nos padrões específicos dos problemas de exclusão	Dificuldades de afirmação do modelo polinucleado da Região Metropolitana do Porto, em virtude de problemas de governança e de retardamento de alguns projectos de infra-estruturação
Potencial de afirmação de sistemas urbanos sub-regionais baseados no potencial de complementaridade entre cidades próximas, em particular nas áreas de urbanização difusa do litoral	Insuficiente valorização das experiências bem sucedidas, das boas práticas e das potencialidades das regiões menos desenvolvidas reduzindo a atractividade de actores mais criativos e inovadores
Potencial de afirmação urbana em torno de plataformas turísticas em áreas não metropolitanas, com relevância particular para o Funchal e Faro	Dificuldades de organização e estruturação do espaço litoral compreendido entre as duas regiões metropolitanas de Lisboa e do Porto; dificuldades de governança do sistema urbano policêntrico que caracteriza este território
Presença de instituições de ensino superior em cidades médias como alavanca de crescimento económico urbano qualificado e inovador	Grande dependência de alguns centros urbanos de funções dependentes do orçamento do Estado e de procuras sociais de incerta sustentabilidade a médio e longo prazo
<b>Especialização e produtividade</b>	
Afirmação de alguns pólos de actividades de maior intensidade tecnológica, associadas a investimento internacional, e com efeitos indutores sobre redes de fornecedores de larga escala	Défice de produtividade resultante da interacção do padrão de actividades dominante no País e da posição ocupada pelas empresas que exportam a partir de Portugal nas cadeias de valor em que se inserem
Efeitos disseminados de melhoria de condições de certificação de qualidade e de ritmos de produção gerados pelo processo de articulação - subcontratação entre processos de IDE relevantes e PME nacionais	Sobre-especialização da produção e das exportações em actividades com dinâmicas de procura fracas e forte concorrência pelo custo – actividades industriais trabalho intensivas e de baixas qualificações e actividades (indústria e serviços) que combinam recursos naturais e baixas qualificações
	Orientação de mercado das exportações portuguesas excessivamente concentrada numa única macro-região da economia mundial – a Europa Continental e a zona Euro
<b>Dinâmicas empresariais</b>	
Emergência de um conjunto de empresas inovadoras e internacionalmente competitivas em domínios com elevado potencial de crescimento (designadamente em actividades de nível tecnológico avançado, como a biotecnologia, ciências biomédicas e da saúde, tecnologias de informação e comunicação e novos media)	Quadro geral de grandes ineficiências organizativas, quer internas às empresas quer resultantes da insuficiente organização em rede das actividades
Progressivo aumento do número de processos sustentados de modernização e reformulação de modelos de negócio realizados por parte de empresas em sectores tradicionais crescentemente expostos à concorrência internacional	Tendência para diminuição da capacidade de atracção de investimento internacional para projectos com efeito estruturante, tanto na área industrial como nos serviços com maior valor acrescentado e/ou forte procura internacional
Processos de internacionalização de grandes empresas do sector industrial, de sectores de infra-estruturas e dos sectores financeiros e da distribuição	Baixa intensidade de geração de nova capacidade empresarial a partir das Universidades e Institutos Politécnicos
Afirmação do empreendedorismo feminino de qualidade, ligado ao maior nível de habilitação das mulheres	Predomínio do empreendedorismo de necessidade em detrimento de processos de criação de novas empresas associados a detecção e aproveitamento de oportunidades de negócio
	Condicionantes no acesso a financiamento para inovação (financiamento bancário, capital de risco, capital semente) por parte das empresas e empreendedores(as) nacionais
	Reduzida sensibilidade da banca comercial para apoiar financeiramente projectos com forte conteúdo de inovação
	Investimento empresarial demasiado centrado no capital físico (renovação e modernização de equipamentos) em detrimento de investimentos em domínios imateriais (organização, inovação ou desenvolvimento do capital humano), nos quais Portugal apresenta ainda défices substanciais face aos seus congéneres europeus
<b>Dinâmicas de inovação, ciência e tecnologia</b>	
Crescimento do Sistema Nacional de C&T, com fortes progressos efectivos em domínios como a publicação científica e oferta de novos doutorados, bem como na sua progressiva integração em redes de colaboração científica internacional	Reduzida capacidade de incorporação empresarial dos resultados de processos de inovação tecnológica
Existência de pólos de I&D de qualidade internacional em áreas promissoras – robótica e automação, tecnologias de informação e telecomunicações, ciências da saúde, biotecnologia e química fina, polímeros, física tecnológica,	Desarticulação dos sistemas de inovação das regiões portuguesas

instrumentação e energia	
Existência de alguns centros de excelência na formação superior, designadamente nos domínios da gestão, dos sistemas de informação e das tecnologias de informação e comunicação e ciências da vida	Peso da I&D executada nas/com empresas portuguesas significativamente inferior aos valores verificados para o mesmo domínio na maioria dos restantes países europeus
Existência de equipas de investigação científica de excelência situadas favoravelmente no seio de redes internacionais constituindo factores poderosos para a transferência de conhecimento relevante a nível mundial	Reduzida autonomia e dificuldades de relacionamento com outras entidades do Sistema Nacional de Inovação (nomeadamente empresas) das instituições do Sistema C&T
Exemplos relevantes de Centros Tecnológicos sectoriais com tradição de prestação de serviços de assistência técnica a <i>clusters</i> industriais	Debilidade dos interfaces Universidade-Empresa susceptíveis de alavancar modelos de desenvolvimento científico e tecnológico mais próximos da valorização económica dos resultados da I&D
<b>Dotação de recursos para a sociedade de informação e do conhecimento</b>	
Nível de equipamento TIC e conectividade comparável ao existente nos restantes países da UE, designadamente na área da Educação e do Ensino Superior – ( <i>Campus</i> virtuais, <i>internet</i> nas escolas, Biblioteca do conhecimento <i>on line</i> , rede de fibra óptica nas Universidades)	Debilidade de mediação organizacional e de estratégias empresariais susceptíveis de acelerar os impactes da utilização acrescida de tecnologias de informação e comunicação na produtividade média do trabalho e na produtividade total dos factores <b>Quadro</b>
Progressão significativa em termos de familiarização da sociedade portuguesa com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação; forte propensão à utilização das tecnologias da informação, nos mais variados campos da sua aplicação	Posicionamento ainda desfavorável no plano comparativo internacional com alguns países da coesão e com os países europeus mais avançados nos indicadores da sociedade de informação que traduzem uma utilização mais avançada pelas empresas
<b>Escolarização, literacia e formação avançada</b>	
Evolução apreciável das taxas de escolarização brutas e líquidas sobretudo no ensino secundário	Baixo nível de escolarização entre a população em idade activa, apesar da melhoria significativa observada nas taxas de escolarização
Nível de despesa pública na educação básica e secundária que, em termos relativos, e para o conjunto dos graus de ensino, se situa em níveis médios no seio da UE	Baixos níveis de competências em áreas-chave como matemática, ciências e língua portuguesa, comprometendo, desde o ensino básico e secundário, a qualificação da população activa futura
Aprofundamento das estratégias de formação e qualificação de adultos pouco escolarizados integrando o reconhecimento, validação e certificação de competências não formais e combatendo lógicas de marginalização de segmentos populacionais menos escolarizados	Níveis ainda elevados de abandono escolar precoce e baixas taxas de Aproveitamento
Processo em curso de racionalização e melhoria do ensino superior – universitário e politécnico – por via das reestruturações do sistema educativo e da adaptação ao processo de Bolonha	Posição desfavorável nos indicadores de literacia OCDE, sugerindo níveis precários de eficiência do sistema educativo
Abertura do ensino superior a novos públicos, através do novo regime de acesso para maiores de 23 anos, e do desenvolvimento do ensino pós-secundário em instituições do ensino superior (através de um novo regime jurídico para os cursos de especialização tecnológica)	Perda progressiva da especificidade da formação superior politécnica com a consequente perda de interacção com as necessidades empresariais
	Atraso na massificação dos conhecimentos básicos em Tecnologias de Informação e Comunicação e insuficiente mobilização de jovens para formação nas áreas a elas associadas
	Oferta pública e privada de formação superior com sérios desfasamentos face à procura de competências por parte das empresas, designadamente através de sobre especialização de cursos de graduação e pós-graduação e perda de relevância de formações tecnológicas
	Reduzida formação de engenheiros e outros profissionais de áreas tecnológicas, que acompanha um crescente desinteresse dos jovens pelas áreas científicas
<b>Capital humano</b>	
Bolsas de quadros superiores com formação académica avançada, não vinculados a instituições públicas, constituindo um potencial ao serviço de programas de colocação de quadros superiores nas empresas	Baixo nível de qualificações entre a população activa empregada na maior parte do sector privado, bem como em determinados segmentos da Administração Pública
Franco desenvolvimento ao nível da oferta de percursos formativos intermédios profissionalizantes com integração de volumes consideráveis de formação prática melhor identificadas com as necessidades empresariais e orientadas segundo um modelo de dupla certificação – escolar e profissional	Paradoxo da formação: a uma expressiva necessidade de investimento na qualificação dos recursos humanos por parte das empresas, corresponde uma fraca propensão destas a investir em formação, determinada pelo padrão de especialização e pela falta de competências de quadros superiores e intermédios para a gestão de recursos humanos
Oferta crescente de escolas e cursos de gestão	Ineficiência na aplicação de recursos decorrente quer da insuficiência de actividades de formação dirigidas para competências com forte procura e susceptíveis de requalificar jovens e adultos com níveis pouco elevados de qualificação, quer da produção em larga escala de licenciados em áreas com escassa procura no mercado de trabalho
Oferta (emergente) de serviços de avaliação e valorização de recursos humanos	Sistema de formação profissional predominantemente dominado pela Oferta
	Inexistência de mecanismos de financiamento à procura individual de formação, susceptíveis de exercer alguma pressão concorrencial, gerando níveis acrescidos de eficiência

	e práticas mais consistentes de identificação e captação de necessidades de formação
<b>Mercado de trabalho</b>	
Mercado de trabalho com forte capacidade de ajustamento a choques duradouros	Maior rigidez do mercado de trabalho em termos de resposta flexível a choques transitórios
	Crescente segmentação do mercado de trabalho, polarizado por situações muito contrastadas em termos de segurança, remuneração e qualificações
	Condições favoráveis à emergência de exclusão social – desempregados de longa duração com fraca qualificação; jovens desqualificados precocemente saídos do sistema educativo; existência de casos de desincentivo à participação no mercado de trabalho de grupos populacionais que só podem aspirar a salários baixos, bem como a persistência de diferenciação salarial significativa entre homens e mulheres
	Os trabalhadores da Administração Pública representavam, em 2005, 13,4% da população activa em Portugal (737.774 pessoas), caracterizando-se o emprego no sector público por uma fraca mobilidade, não só a nível geográfico mas também entre serviços
<b>Coesão social</b>	
Permanência de formas de organização social, mesmo a nível urbano, com níveis de solidariedade social e familiar ainda susceptíveis de assegurar protecção natural a situações de exclusão continuada ou episódica do mercado de trabalho	Sistema de Pensões a exigir um esforço de reforma a fim de garantir a sustentabilidade financeira no médio e longo prazos
Conflitualidade social controlada, mediante nomeadamente melhoria das condições de integração de determinadas comunidades étnicas em áreas urbanas	Efeitos redistributivos de políticas públicas sociais aquém do esperado para o grau de intervenção pública existente e níveis de desigualdade muito elevados no contexto europeu
Experiências de integração de políticas públicas dirigidas a territórios urbanos com debilidades sociais acentuadas	Políticas sociais e de revitalização integrada de áreas degradadas, com forte incidência de pobreza urbana e outras formas de exclusão social, excessivamente vulneráveis às incidências do estado das contas públicas e de políticas de estabilização macroeconómica
	Formas e expressões de pobreza rural seriamente penalizadas pela tendência observada nas duas últimas décadas de reforço do crescimento de centros urbanos em áreas interiores com o consequente esvaziamento de aldeias rurais
	Incidência preocupante da tóxico-dependência em áreas urbanas e Metropolitanas
	Ocorrência de situações de infoexclusão decorrentes de um reduzido grau de disseminação da utilização de tecnologias de informação e comunicação em população activa e não activa mais idosa
	Formas de exclusão social ligadas à violência de género, designadamente vítimas de violência doméstica, tráfico e exploração sexual
<b>Administração pública e recursos institucionais</b>	
Evolução positiva do processo de modernização do Estado e das instituições públicas, que coloca a <i>performance</i> nacional neste domínio acima da média europeia, num claro movimento de convergência real	Dificuldade de execução de reformas em áreas cruciais da actuação do Estado, nomeadamente nas áreas da saúde, justiça, segurança social e fiscalidade, a melhoria dos graus de cobertura e a resposta ao envelhecimento progressivo da população portuguesa
Concretização de um processo de reformas estruturais, enquadrado num esforço comum a nível da União Europeia, que lhe confere maior base consensual interna	Forte sectorialização, hierarquização e rigidez organizacional da Administração Pública nacional, claramente inibidoras da sua adequação à lógica emergente de abordagem matricial da acção pública
	Défice de instâncias e instrumentos de nível regional intermédio que assegurem, de forma efectiva e continuada, a coerência e a articulação entre os vários níveis de intervenção do Estado no território
	Desfasamento entre as actuais competências dos recursos humanos afectos à Administração Pública nacional e as competências necessárias para permitir ao Estado português responder, de forma rápida e efectiva, aos desafios que as transformações em curso (e o próprio processo de reforma e modernização do Estado) começam a requerer
	Défices de instâncias de regulação ou sua ineficiência
	Incertezas e insuficiências de capacidade técnica de gestão e acompanhamento de projectos públicos em regime de contratualização
	Insuficiências nos sistemas de informação orçamental, financeira e patrimonial que dificultam o acompanhamento da execução financeira e física dos projectos/actividades <i>on going</i> , bem como a avaliação dos resultados das políticas públicas e o apuramento dos respectivos custos
	Proliferação de entidades públicas com a correspondente atomização e, inclusivamente, sobreposição das respectivas responsabilidades e competências
	Múltiplas repetições estruturais na prestação de serviços de suporte na Administração Pública que não permitem a

	obtenção de economias de escala nem a uniformização de procedimentos de gestão de recursos públicos
	Fraca mobilidade geográfica e profissional dos recursos humanos da Administração Pública

Fonte: QREN

[http://www.qren.pt/item3.php?lang=0&id\\_channel=34&id\\_page=202](http://www.qren.pt/item3.php?lang=0&id_channel=34&id_page=202)

## ANEXO IV - PLANO ESTRATÉGICO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL – 2007 – 2013

### Objectivos estratégicos

1. Aumentar a competitividade dos sectores agrícola e florestal
2. Promover a sustentabilidade dos espaços rurais e dos recursos naturais
3. Revitalizar económica e socialmente as zonas rurais

### Objectivos transversais

1. Reforçar a coesão territorial e social
2. Promover a eficácia da intervenção dos agentes públicos, privados e associativos na gestão sectorial e territorial

### I - ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA, SOCIAL E AMBIENTAL

PROBLEMAS	CONSTRANGIMENTOS	RECURSOS
Diminuição da população activa agrícola	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Êxodo rural;</li> <li>– Duplo envelhecimento do sector (decréscimo da população jovem, devido à fraca capacidade atractiva do sector, e aumento do número de idosos);</li> <li>– Redução do número de explorações;</li> <li>– Decréscimo do rendimento empresarial líquido;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Crescimento da população pela imigração</li> <li>– Base de estrutura familiar na agricultura</li> <li>– Pluriactividade da população agrícola nas zonas com maior diversificação do emprego</li> </ul>
Insuficiente sustentabilidade e coesão dos territórios	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Baixa densidade populacional nas zonas rurais</li> <li>– População rural envelhecida;</li> <li>– Elevadas disparidades no nível de rendimento e de desenvolvimento social entre zonas urbanas e rurais;</li> <li>– Baixo nível de adesão às TIC nas zonas rurais</li> <li>– Fraco nível de instrução e qualificação;</li> <li>– Serviços não adequados às necessidades do meio rural;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Valorização pela população urbana da característica tradição e genuinidade associada aos produtos rurais;</li> <li>– Crescente procura urbana pelas zonas rurais enquanto espaço de descanso e lazer;</li> <li>– Existência de dinâmicas locais;</li> <li>– Existência de património com valor nas zonas rurais;</li> <li>– Evolução positiva de alojamento turístico nas zonas rurais;</li> <li>– Evolução positiva da actividade artesanal</li> </ul>
Fraca/insuficiente capacidade competitiva do sector agrícola e florestal	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Fraco desempenho da agricultura na economia;</li> <li>– Produto agrícola estagnado;</li> <li>– Incipiente capacidade de inovação;</li> <li>– Fraco nível empresarial do sector;</li> <li>– Reduzido investimento em I&amp;D;</li> <li>– Débil organização de fileira;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Condições climáticas, temperatura e insolação, propícias para certos produtos, em especial os mediterrânicos.</li> <li>– Existência de recursos hídricos</li> <li>– Alteração profunda da PAC,</li> <li>– Progressos tecnológicos</li> <li>– Boas condições de sanidade vegetal;</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fraco grau de inovação;</li> <li>- Solos pouco férteis e fraca precipitação;</li> <li>- Desajustamento entre as culturas e aptidões dos solos;</li> <li>- Estrutura fundiária muito fragmentada;</li> <li>- Predomínio de agricultura tradicional;</li> <li>- Fraca modernização;</li> <li>- Envelhecimento e baixa instrução/formação profissional da população;</li> <li>- Dificuldade de competição com outras regiões;</li> <li>- Imagem dos produtos portugueses nos mercados externos pouco desenvolvida;</li> <li>- Uso da água pouco eficiente;</li> <li>- Perdas verificadas, no armazenamento, transporte e distribuição de água</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Especialização das explorações;</li> <li>- Disponibilidade de água para rega;</li> <li>- Número significativo de denominações de origem.</li> <li>- Preparação o Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água (PNUEA),</li> <li>- Elaboração do Plano Nacional da Água;</li> <li>- Formação profissional e acções de informação</li> </ul>
Produtividade reduzida	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Solos pouco férteis e fraca precipitação.</li> <li>- Orientações produtivas desajustadas do mercado</li> <li>- Custos de produção elevados;</li> <li>- Necessidade de reestruturação de culturas permanentes;</li> <li>- Débil estrutura das explorações em importantes áreas do País;</li> <li>- Decréscimo da produtividade do trabalho;</li> <li>- Escassez de água armazenada ou disponibilidade a custo elevado e baixa eficiência de rega;</li> <li>- Insuficiente nível técnico dos profissionais;</li> <li>- Insuficiente nível de instrução e formação profissional dos produtores;</li> <li>- Frágil ou inexistente intervenção interprofissional nos sectores;</li> <li>- Nível de fragmentação da propriedade rústica permanece extremamente elevados;</li> <li>- Alterações à estrutura da propriedade pouco eficientes;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Potencial de produção com qualidade diferenciada;</li> <li>- Aumento da especialização das explorações;</li> <li>- Aumento da disponibilidade de água para rega;</li> <li>- Utilização das TIC;</li> </ul>
Dependência externa (Portugal é um país que produz cada vez menos daquilo que	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Tecido produtivo atomizado, dificultando integração na fileira;</li> <li>- Desajustamento entre as culturas e aptidões dos solos;</li> <li>- Estrutura fundiária muito fragmentada;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Especialização das explorações;</li> <li>- Existência de recursos genéticos com vocação para o mercado;</li> <li>- Vocação exportadora de alguns</li> </ul>

<p>consome</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Predomínio de agricultura tradicional;</li> <li>- Fraca modernização;</li> <li>- Envelhecimento e baixa instrução/formação profissional da população;</li> <li>- Desempenho pouco dinâmico do produto;</li> <li>- Degradação dos preços</li> <li>- Saída de recursos humanos do sector;</li> <li>- Incipiente capacidade de inovação.</li> <li>- gestão pouco eficiente das explorações;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>produtos;</li> <li>- Vantagens comparativas naturais para certos produtos;</li> <li>- Acesso privilegiado ao mercado comunitário;</li> <li>- Potencial crescimento das exportações</li> </ul>
<p>Dependência das ajudas da U.E. e do estado</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Dificuldades de auto-financiamento e acesso ao crédito;</li> <li>- Défice de gestão empresarial e de organização para o mercado;</li> <li>- Enquadramento geral em matéria de acesso ao crédito;</li> <li>- Mecanismos de gestão de riscos a custos elevados</li> <li>- Afastamento entre valores das importações e das exportações;</li> <li>- Agravamento do défice da balança comercial agro-alimentar</li> </ul>	
<p>Deficit de sustentabilidade dos espaços rurais e dos recursos naturais</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aumento relativo dos territórios artificializados com perda de áreas agrícolas;</li> <li>- Diminuição das áreas de culturas permanentes;</li> <li>- Estrutura fundiária florestal atomizada;</li> <li>- Gestão florestal incipiente;</li> <li>- Desajustamento entre espécies florestais e território;</li> <li>- Uso menos eficiente dos recursos hídricos;</li> <li>- Deficiente gestão dos efluentes;</li> <li>- Zonas muito localizadas com poluição por nitratos;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Dimensão da floresta;</li> <li>- Modos de produção amigos do ambiente;</li> <li>- Sistemas de produção extensivos em áreas significativas;</li> <li>- Níveis baixos de utilização de fertilizantes;</li> <li>- Património natural com significativo índice de biodiversidade;</li> <li>- Balanço bruto de nutrientes com valor reduzido;</li> <li>- Evolução positiva da eco-eficiência</li> <li>- Existência de biomassa proveniente de subprodutos e resíduos agrícolas e florestais com aproveitamento energético.</li> <li>- Crescente procura de produtos e actividades de lazer associadas ao ambiente e paisagens rurais;</li> <li>- Valorização crescente das energias renováveis.</li> <li>- Valorização crescente do papel multifuncional da floresta.</li> <li>- Necessidade de cumprir os acordos de Quioto</li> </ul>

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Condições climáticas, temperatura e insolação, propícias para certos produtos, em especial os mediterrânicos.</li> <li>- Boas condições de sanidade vegetal</li> <li>- Existência de recursos genéticos com vocação para o mercado.</li> <li>- Aumento da especialização das explorações.</li> <li>- Aumento da disponibilidade de água para rega.</li> <li>- Potencial de produção com qualidade diferenciada para o azeite, as horto-frutícolas, o vinho e produtos da floresta.</li> <li>- Existência de um número significativo de denominações de origem.</li> <li>- Aumento da vocação exportadora de alguns produtos</li> <li>- Importância e dimensão da floresta.</li> <li>- Extensificação pecuária.</li> <li>- Aumento de povoamentos de maior valor ambiental.</li> <li>- Utilização crescente de modos de produção amigos do ambiente.</li> <li>- Sistemas de produção extensivos em áreas significativas.</li> <li>- Níveis baixos de utilização de fertilizantes e</li> <li>- Importante valor paisagístico das culturas, como a vinha, o olival, o pomar ou de espécies florestais e, como o montado ou os soutos em certas zonas do País.</li> <li>- Património natural com significativo índice de biodiversidade.</li> <li>- Balanço bruto de nutrientes com valor reduzido.</li> <li>- Evolução positiva da eco-eficiência.</li> <li>- Existência de sistemas agro-florestais e extensivos com potencial de fixação de carbono.</li> <li>- Existência de biomassa proveniente de subprodutos e resíduos agrícolas e florestais com aproveitamento energético.</li> <li>- Crescimento da população pela imigração</li> <li>- Base de estrutura familiar na agricultura</li> <li>- Pluriactividade da população agrícola nas zonas com maior diversificação do emprego</li> <li>- Existência de património com valor nas zonas rurais</li> <li>- Evolução positiva de alojamento turístico nas zonas rurais</li> <li>- Evolução positiva da actividade artesanal</li> <li>- Existência de dinâmicas locais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Produto agrícola estagnado.</li> <li>- Orientações produtivas desajustadas do mercado</li> <li>- Custos de produção elevados.</li> <li>- Necessidade de reestruturação de culturas permanentes.</li> <li>- Débil estrutura das explorações em importantes áreas do País.</li> <li>- Tecido produtivo atomizado, dificultando integração na fileira.</li> <li>- Escassez de água armazenada ou disponibilidade a custo elevado e baixa eficiência de rega.</li> <li>- Insuficiente nível técnico dos profissionais.</li> <li>- Insuficiente nível de instrução e formação profissional dos produtores.</li> <li>- Dificuldades de autofinanciamento e acesso ao crédito.</li> <li>- Défice de gestão empresarial e de organização para o mercado.</li> <li>- Frágil ou inexistente intervenção interprofissional nos sectores.</li> <li>- Incipiente capacidade de inovação.</li> <li>- Dificuldade de competição com outras regiões.</li> <li>- Imagem dos produtos portugueses nos mercados externos pouco desenvolvida.</li> <li>- Aumento relativo dos territórios artificializados com perda de áreas agrícolas.</li> <li>- Diminuição das áreas de culturas permanentes.</li> <li>- Estrutura fundiária florestal atomizada,</li> <li>- Gestão florestal incipiente.</li> <li>- Desajustamento entre espécies florestais e território</li> <li>- Uso menos eficiente dos recursos hídricos</li> <li>- Deficiente gestão dos efluentes</li> <li>- Zonas muito localizadas com poluição por nitratos</li> <li>- Baixa densidade populacional nas zonas rurais</li> <li>- População rural envelhecida</li> <li>- Elevadas disparidades no nível de rendimento e de desenvolvimento social entre zonas urbanas e rurais</li> <li>- Baixo nível de adesão às TIC nas zonas rurais</li> <li>- Fraco nível de instrução e qualificação</li> <li>- Serviços não adequados às necessidades do meio rural</li> </ul>

OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Vantagens comparativas naturais para certos produtos.</li> <li>- Crescimento do mercado interno.</li> <li>- Potencial para produzir com qualidade e diferenciação.</li> <li>- Procura crescente de produtos de qualidade.</li> <li>- Acesso privilegiado ao mercado comunitário.</li> <li>- Potencial de crescimento das exportações</li> <li>- Alteração do quadro institucional: reorientação da PAC para o mercado.</li> <li>- Crescente procura de produtos e actividades de lazer associadas ao ambiente e paisagens rurais.</li> <li>- Valorização crescente das energias renováveis.</li> <li>- Valorização crescente do papel multifuncional da floresta.</li> <li>- Necessidade de cumprir os acordos de Quioto.</li> <li>- Potencialidades associadas à multifuncionalidade e diversificação para actividades e serviços complementares à agricultura</li> <li>- Crescente procura urbana pelas zonas rurais enquanto espaço de descanso e lazer</li> <li>- Valorização pela população urbana da característica tradição e genuinidade associada aos produtos rurais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Riscos associados à irregularidade das condições climáticas e à ocorrência de incêndios.</li> <li>- Desigualdade de condições de concorrência no mercado externo.</li> <li>- Envelhecimento da população no mundo rural.</li> <li>- Riscos de desertificação em vastos territórios rurais.</li> <li>- Variabilidade climática com ocorrência cíclica de fenómenos extremos como a seca.</li> <li>- Riscos de desertificação física e degradação dos solos.</li> <li>- Risco elevado de incêndios florestais.</li> <li>- Risco de abandono da actividade agro-florestal.</li> <li>- Risco de marginalização elevado em vastas áreas do território.</li> <li>- Abandono dos espaços rurais</li> <li>- Fraca sustentabilidade social e económica das zonas rurais</li> </ul>

Fonte: Plano Estratégico Nacional Desenvolvimento Rural 2007-2013

[http://www.gpp.pt/drural/doc/PEN\\_Out2007\\_PT.pdf](http://www.gpp.pt/drural/doc/PEN_Out2007_PT.pdf)

## ANEXO V - PLANO ESTRATÉGICO NACIONAL DO TURISMO

PROBLEMAS	CONSTRANGIMENTOS	RECURSOS
Turismo nacional perdeu quota a nível internacional (período 2000 - 2005)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Elevada sazonalidade</li> <li>- Dependência de quatro mercados emissores (Reino Unido, Espanha, Alemanha e França)</li> <li>- Concentração e diversificação de mercados emissores</li> <li>- Crescimento médio anual negativo (-0,2%) do número de turistas</li> <li>- Insuficiente desempenho do sector</li> <li>- Iniciativa empresarial</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Um dos principais sectores geradores de emprego (10% população activa)</li> <li>- Receitas de Turismo</li> <li>- Portugal é um dos 20 principais destinos mundiais;</li> <li>- Criado o Turismo de Portugal, ip;</li> <li>- Um dos destinos turísticos mais seguros da Europa.</li> </ul>
O sector turístico concentrado em três regiões (Algarve, Lisboa e Madeira)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Limitações nas ligações aéreas</li> <li>- Insuficientes infra-estruturas e conteúdos</li> <li>- Investimento público e privado no sector</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Viagens de curta duração;</li> <li>- Novos destinos de grande qualidade, por exemplo no Litoral Alentejano;</li> <li>- Cultura, tradição, história e diversão;</li> <li>- Paisagem /recursos naturais e patrimoniais;</li> <li>- Importante sector da economia portuguesa, representando cerca de 8% do PIB.</li> </ul>
Insuficientes infra-estruturas e conteúdos (resposta aos novos padrões de comportamento do consumidor)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta de formação turística transversal a todo o território</li> <li>- Falta de cooperação entre os diversos <i>players</i> do mercado</li> <li>- Insuficiente oferta integrada,</li> <li>- Impossibilidade de um turista efectuar reservas directamente através dos sites oficiais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ligações directas aos aeroportos que servem a região.</li> <li>- Procura de experiências diversificadas</li> <li>- Desenvolvimento das low cost</li> <li>- Utilização crescente das TIC</li> </ul>
Baixos níveis de RevPAR	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A oferta hoteleira nacional é liderada por grupos locais</li> <li>- Baixa presença de cadeias internacionais de referência</li> <li>- A fragmentação da oferta;</li> <li>- Elevado número de trabalhadores não qualificados;</li> <li>- Actuação com grande nível de individualismo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Número de hotéis de cinco estrelas.</li> <li>- Ligações directas aos aeroportos que servem a região</li> <li>- Prestígio do sector a nível mundial</li> <li>- Crescente utilização da internet;</li> <li>- Qualidade dos estabelecimentos turísticos e qualidade de serviço;</li> </ul>
O Turismo de Natureza muito incipiente	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Motivações dos turistas</li> <li>- Hospitalidade, simpatia e a animação</li> <li>- Défices infra-estruturais, de serviços, de experiência;</li> <li>- <i>know how</i> e de capacidade competitiva das empresas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Crescimento do mercado europeu de Turismo de Natureza;</li> <li>- Qualidade do urbanismo e do ambiente;</li> <li>- Conteúdos culturais e de animação;</li> <li>- Recursos naturais, património;</li> <li>- Recursos humanos</li> </ul>

Fonte: Plano Estratégico Nacional do Turismo

<http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/conhecimento/planoestrategiconacionaldoturismo/Pages/EstrategiaNacionaldoTurismo.aspx>



## ANEXO VI - LEI DE BASES DA POLÍTICA DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO URBANISMO

24 Problemas para o Ordenamento do Território (MAOTDR, 2007:107)

### a) Recursos naturais e gestão de riscos

1. Degradação do solo e riscos de desertificação, agravados por fenómenos climáticos (seca e chuvas torrenciais) e pela dimensão dos incêndios florestais.
2. Degradação da qualidade da água e deficiente gestão dos recursos hídricos.
3. Insuficiente desenvolvimento dos instrumentos de ordenamento e de gestão das áreas classificadas integradas na Rede Fundamental de Conservação da Natureza.
4. Insuficiente consideração dos riscos nas acções de ocupação e transformação do território, com particular ênfase para os sismos, os incêndios florestais, as cheias e inundações e a erosão das zonas costeiras.

### b) Desenvolvimento urbano e rural

5. Expansão desordenada das áreas metropolitanas e de outras áreas urbanas, invadindo e fragmentando os espaços abertos, afectando a sua qualidade e potencial ecológico, paisagístico e produtivo, e dificultando e encarecendo o desenvolvimento das infra-estruturas e a prestação dos serviços colectivos.
6. Despovoamento e fragilização demográfica e socioeconómica de vastas áreas e insuficiente desenvolvimento dos sistemas urbanos não metropolitanos e da sua articulação com os espaços rurais envolventes, enfraquecendo a competitividade e a coesão territorial do país.
7. Degradação da qualidade de muitas áreas residenciais, sobretudo nas periferias e nos centros históricos das cidades, e persistência de importantes segmentos de população sem acesso condigno à habitação, agravando as disparidades sociais intra-urbanas.
8. Insuficiência das políticas públicas e da cultura cívica no acolhimento e integração dos imigrantes, acentuando a segregação espacial e a exclusão social nas áreas urbanas.

### c) Transportes, energia e alterações climáticas

9. Subdesenvolvimento dos sistemas aeroportuário, portuário e ferroviário de suporte à conectividade internacional de Portugal, no quadro ibérico, europeu, atlântico e global.
10. Deficiente intermodalidade dos transportes, com excessiva dependência da rodovia e do uso dos veículos automóveis privados e insuficiente desenvolvimento de outros modos de transporte, nomeadamente do ferroviário.
11. Elevada intensidade (reduzida eficiência) energética e carbónica das actividades económicas e dos modelos de mobilidade e consumo, com fraco recurso a energias renováveis, conduzindo a uma estreita associação dos ritmos do crescimento económico com os do aumento do consumo de energia e das emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE).
12. Elevada dependência de fontes de energia primária importadas (petróleo, carvão e gás natural), com forte concentração das origens geográficas e pesadas implicações no défice externo, agravada pela volatilidade e tendência estrutural de aumento dos preços desses recursos não renováveis e de natureza estratégica.

### d) Competitividade dos territórios

13. Forte dispersão geográfica das infra-estruturas económicas e dos equipamentos terciários mais qualificantes, com perdas de escala e atrofia das relações de especialização e complementaridade geradoras de maior rendibilidade social e económica.
14. Ausência de um sistema logístico global, que tenha em conta os requisitos dos diferentes sectores de actividade e a inserção dos territórios nos mercados globais.
15. Insuficiente projecção externa das funções económicas das principais aglomerações urbanas, dificultando a participação de Portugal nos fluxos de investimento internacional.
16. Reduzida extensão das cadeias de valor e insuficiente exploração das condições e dos recursos mais

diferenciadores dos territórios, e correspondente debilidade das relações económicas inter-institucionais e inter-regionais no espaço económico nacional.

#### **e) Infra-estruturas e serviços colectivos**

17. Expansão e intensa alteração da estrutura da procura social de serviços colectivos e de interesse geral, pelo efeito conjugado de mudanças demográficas (envelhecimento, imigração e migrações internas), económicas e culturais.
18. Desajustamento da distribuição territorial e da qualidade da oferta de infra-estruturas colectivas e dos serviços de interesse geral face a essa expansão e alteração estrutural das procuras sociais.
19. Deficiente programação do investimento público em infra-estruturas e equipamentos colectivos, com insuficiente consideração dos impactes territoriais e dos custos de funcionamento e manutenção.
20. Incipiente desenvolvimento da cooperação territorial de âmbito supra-municipal na programação e gestão de infra-estruturas e equipamentos colectivos, prejudicando a obtenção de economias de escala e os ganhos de eficiência baseados em relações de associação e complementaridade.

#### **f) Cultura cívica, planeamento e gestão territorial**

21. Ausência de uma cultura cívica valorizadora do ordenamento do território e baseada no conhecimento rigoroso dos problemas, na participação dos cidadãos e na capacitação técnica das instituições e dos agentes mais directamente envolvidos.
22. Insuficiência das bases técnicas essenciais para o ordenamento do território, designadamente nos domínios da informação geo-referenciada sobre os recursos territoriais, da cartografia certificada, da informação cadastral e do acesso em linha ao conteúdo dos planos em vigor.
23. Dificuldade de coordenação entre os principais actores institucionais, públicos e privados, responsáveis por políticas e intervenções com impacte territorial.
24. Complexidade, rigidez, centralismo e opacidade da legislação e dos procedimentos de planeamento e gestão territorial, afectando a sua eficiência e aceitação social.

Fonte: Lei de Bases da Política do Ordenamento do Território e do Urbanismo

<http://www.dgotdu.pt/detail.aspx?channelID=D2FEB584-A9A2-4B07-98C6-441586DE9683&contentId=33F1F11F-12F9-4199-8F70-AA90B462AC68>

**ANEXO VII - SÍNTESE DE ALGUNS INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, EM PORTUGAL E NA UE27**

(Fonte: Eurostat, 2008)

		2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	UE 27
ECONÓMICOS GERAIS	PIB per capita em PPC (UE27=100)	78	77,3	77	76,7	77,6	75,2	74,3	74,6	100
	Produtividade do trabalho por pessoa empregada PPC (UE27=100)	68,8	67,8	67,8	68,3	67	68,5	68,3	69,7	100
EMPREGO	Taxa de crescimento do emprego	2,1	1,8	0,6	-0,6	-0,1	-0,3	0,5	0,0	
	Taxa de emprego (15-64 anos)	68,4	69,0	68,8	68,1	67,8	67,5	67,9	67,8	65,4
	Taxa de emprego (55-64 anos)	50,7	50,2	51,4	51,6	50,3	50,5	50,1	50,9	44,7
	Taxa de emprego (mulheres)	60,5	61,3	61,4	61,4	61,7	61,7	61,9	61,9	58,3
	Idade média de saída efectiva do mercado de trabalho		61,9	63	62,1	62,2	63,1	: (i)	62,6	61,2 e
	Activação dos desempregados de longa duração (a)					32,4	31,4	24,6	25,3	:
EDUCAÇÃO E APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA	Nível educacional dos jovens com 22 anos (% jovens dos 20 aos 24 que completaram o nível secundário)	43,2	44,4	44,4	47,9	49,6	49,0	49,6	53,4	78,1
	Homens	34,6	35,9	36,1	40,4	40,8	40,8	40,8	46,3	75,4
	Mulheres	51,8	53,0	52,9	55,5	58,7	57,5	58,6	60,8	80,8
	Participação em educação e formação ( 25-64 anos)	3,4	3,3	2,9	3,2	4,3 (b)	4,1	4,2 (p)	4,4 (p)	9,5 (p)
	Homens	3,2	2,9	2,6	3,0	4,1	4,0	4,1	4,4	8,8
	Mulheres	3,5	3,6	3,1	3,4	4,4	4,2	4,4	4,5	10,6
	Saída escolar precoce	42,6	44	45,1	40,4	39,4 (b)	38,6	39,2 (p)	36,3(p)	15,8
	Homens	50,1	51,2	52,6	47,7	47,9	46,7	46,4	42,0	16,9
Mulheres	35,1	36,7	37,5	33,0	30,6	30,1	31,8	30,4	12,7	
INOVAÇÃO E INVESTIG.	Despesas em Investigação e Desenvolvimento em % do PIB	0,76 e	0,8	0,76 e	0,74	0,77 e	0,81	0,83 e	1,18	:
	Diplomados em Ciência e Tecnologia (%)	6,3	6,6	7,4	8,2	11,0 (i)	12,0	12,6	18,1	13,0 (b)
REFORMA ECONÓMICA	Níveis de preços relativos e convergência de preços (%)	73,4	74,6	76,2	79,5 p					
	Investimentos das empresas em % do PIB	23,4	22,7	21,1	19	18,3				
COESÃO SOCIAL	Desigualdade na distribuição do rendimento (%)	6,4	6,5	7,3 (ip)	7,4 (ip)	6,9 (b)	6,9	6,8 (p)	6,5p p)	4,8 (s)(*)(b)
	Taxa de pobreza depois das transferências sociais (%)	21	20	20 (ip)	19 (ip)	20 (b)	19	18 (p)	18(p)	16(b)
	Dispersão regional da taxa de emprego	4,3	3,5	3,8	3,9	3,5	4,5	3,6	4,6	11,1
	Desemprego de longa duração (superior a 12 meses) em % da população activa	1,7	1,5	1,8	2,2	3	3,7	3,9	3,8	3,1
AMBIENTE	Emissões de gases com efeito de estufa baseados nos equivalentes CO2 (1990=100)	135,9	138,7	146,5	138	141,3	145,4	138,3		92,3 (*)
	Intensidade energética da economia	235,87	230,99	240,32	236,74	239,97	243,44	225,14		202,45(*)
	Índice de volume de transporte de mercadorias, por unidade do PIB (1995=100)	115,4	125,7	124,5	118,3 e					
SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO	e-comércio (%)			0,60	0,60	1,30	:	2,70	:	4,20
	Preços das telecomunicações(euros)	0,23	0,30	0,31	0,31	0,40	0,37	0,37		
	Utilização do e-governo pelas empresas(%)					57,00	58,00	60,00	72,00	65,00
	Nível de acesso à Internet(%)			15,00	22,00	26,00	31,00	35,00	40,00	54,00

Fonte: ENDS

<http://www.apambiente.pt/politicasambiente/DesenvolvimentoSustentavel/Documents/ENDS%202015%20-%202020%20C2%BA%20Relat%C3%B3rio%20Intercalar%20de%20Execu%C3%A7%C3%A3o.pdf>



	PORTUGAL	GRÉCIA	FINLÂNDIA	IRLANDA	NOVA ZELÂNDIA
Habitantes (milhões)	10,6	11,3	5,3	4,5	4,3
PIB (mil milhões em euros)	167,5	237,4	171,2	163,4	91,1
PIB per capita (em euros)	15.758	21.036	32.072	36.726	21.117
Dívida do Estado (% do PIB)	92,4	140,2	49	97,4	31
Salário mínimo mensal em euros	485	863	---	1462	1.078*
Crescimento do PIB de 2000 a 2009 (em %)	5,3	33,4	3,3	31,3	23,95
IRS anual em euros	3526		3511	1454	3337
Encargos sociais anuais (em euros)	4400		3315	1071	816
Rendimento líquido anual (em euros)	32.074		33.174	37.475	35.847
Taxa efectiva total (%)	19,8		17,1	6,3	10,4
Taxa de juro das obrigações a 10 anos	8,8% (5/4/11)	12,7% (5/4/11)	3,6% (5/4/11)	9,5% 1ª semana de Mar/11	
<b>ESTADO, ECONOMIA E FINANÇAS</b>					
Gastos do Estado (% do PIB)	48,2	53,2	56,2	48,9	33
Défice do orçamento de Estado (%)	8,6	9,6	3,1	32,3	5,8
Dívida pública detida por estrangeiros (%)	59,9	94,2	39,8	54,9	13
Poupança global (% do PIB)	10,0	03,3	19,8	9,3	15,9
Consumo das famílias (% do PIB)	66,8	75,3	54,1	52,3	59,7
Endividamento das famílias sobre o rendimento (%)	129	73	100	199	158
Receitas do Estado (% do PIB)	38,8	37,8	53,3	34,5	35,5
Carga fiscal sobre as empresas (%)	25	23	26	12,5	28
<b>COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO</b>					
Ranking WEF de competitividade (total 139 países)	46º	83º	7º	29º	23º
Balança comercial de bens e serviços (% do PIB)	-7,7	-10,6	2,5	14,9	1,7
Investimento directo em 5 anos (% do PIB)	2,4	1	2,1	0	2,5
1º destino de exportações (%)	EU - 73,1	EU - 64	EU - 55,5	UE - 61	Austrália - 23
2º destino de exportações	Angola - 7,2	EUA - 5,1	Rússia - 9	EUA - 21,1	UE - 13
Varição dos custos por trabalhador em 10 anos (%)	+32,6	+37,6	+24,3	+37,6	+32,6
Contributo da agricultura para o PIB (%)	2,3	3,1	2,6	9,6	5,64
<b>MERCADO DE TRABALHO</b>					
Taxa de desemprego	11,2	14,1	8	13,5	6,8
Participação feminina (%)	61,6	48,9	67,9	52,1	58,5
Rendimento dos 20% mais ricos vs 20% dos mais pobres	6	5,8	3,7	4,2	6,8
<b>JUSTIÇA</b>					
Advogados por 100 mil habitantes	260,2	350,6	34,4	45,7	255,8
Polícias por 100 mil habitantes	520	450	150	140	190
<b>SAÚDE</b>					
Despesa (% do PIB)	9,9	9,7	8,4	8,7	9,8
Médicos por 100 mil habitantes	380	570	271	309	307
Enfermeiros e auxiliares por 100 mil habitantes	560	348	892	1576	891
Camas em hospitais por 100 mil habitantes	337	478,4	654	530	620
Mortalidade infantil por mil nados vivos	3	2,8	2,5	3,5	4,8
<b>DEFESA</b>					
Gastos militares do Estado (% do PIB)	2	4	1,51	0,6	1,11
<b>EDUCAÇÃO E CULTURA</b>					
Posição de Portugal no ranking do teste de PISA	27º	32º	3º	21º	5º
% da população com idade entre os 20 e os 24 anos com o ensino secundários completo	55	82,2		87	
% do PIB gasto pelo Estado com a Educação	5,3		5,9		
% da população com acesso à internet	42		82		
Nº médio de anos de educação formal	8,5				12,5
Nº de jornais diários disponíveis por cada 1000 hab.	62				182
% da população licenciada	21,1				48

\*Na Nova Zelândia não existe salário mínimo mensal. O valor por hora mínimo é €7. Este valor é um cálculo com base em 7 horas diárias e 22 dias úteis (Expresso nº 2009 de 30/04/2011)

Fontes:

Expresso nº 2005 de 02/04/2011 (Portugal - Irlanda);

Expresso nº 2006 de 09/04/2011 (Portugal - Finlândia);

Expresso nº 2007 de 16/04/2011 (Portugal - Grécia);

Expresso nº 2008 de 23/04/2011 e Expresso nº 2009 de 30/04/2011 (Portugal - Nova Zelândia)

	PORTUGAL	CROÁCIA			
Habitantes (milhões)	10,6	4,4			
PIB (mil milhões em euros)	167,5	45,3			
PIB per capita (em euros)	15.758	10.232			
Dívida do Estado (% do PIB)	92,4	35,9			
Salário mínimo mensal em euros	485	381			
Crescimento do PIB de 2000 a 2009 (em %)	5,3	32,96			
IRS anual em euros	3526	8000			
Encargos sociais anuais (em euros)	4400	4890			
Rendimento líquido anual (em euros)	32.074	27.110			
Taxa efectiva total (%)	19,8	32,2			
Taxa de juro das obrigações a 10 anos	8,8% (5/4/11)	5,5 (26/4/11)			
<b>ESTADO, ECONOMIA E FINANÇAS</b>					
Gastos do Estado (% do PIB)	48,2	41,9			
Défice do orçamento de Estado (%)	8,6	5,1			
Dívida pública detida por estrangeiros (%)	59,9	11,3			
Poupança global (% do PIB)	10,0	21,7			
Consumo das famílias (% do PIB)	66,8	56,9			
Endividamento das famílias sobre o rendimento (%)	129	88			
Receitas do Estado (% do PIB)	38,8	38,7			
Carga fiscal sobre as empresas (%)	25	20			
<b>COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO</b>					
Ranking WEF de competitividade (total 139 países)	46º	77º			
Balança comercial de bens e serviços (% do PIB)	-7,7	-3,3			
Investimento directo em 5 anos (% do PIB)	2,4	5,92			
1º destino de exportações (%)	UE - 73,1	UE 60,5			
2º destino de exportações	Angola - 7,2	Bósnia 12,8			
Variação dos custos por trabalhador em 10 anos (%)	+32,6	+34,88			
Contributo da agricultura para o PIB (%)	2,3	6,7			
<b>MERCADO DE TRABALHO</b>					
Taxa de desemprego	11,2	13			
Participação feminina (%)	61,6	51			
Rendimento dos 20% mais ricos vs 20% dos mais pobres	6	4,8			
<b>JUSTIÇA</b>					
Advogados por 100 mil habitantes	260,2	84,7			
Polícias por 100 mil habitantes	520	450			
<b>SAÚDE</b>					
Despesa (% do PIB)	9,9	5,3			
Médicos por 100 mil habitantes	380	266			
Enfermeiros e auxiliares por 100 mil habitantes	560	558			
Camas em hospitais por 100 mil habitantes	337	547			
Mortalidade infantil por mil nados vivos	3	4,5			
<b>DEFESA</b>					
Gastos militares do Estado (% do PIB)	2	1,81			
<b>EDUCAÇÃO E CULTURA</b>					
Posição de Portugal no ranking do teste de PISA	27º				
% da população com idade entre os 20 e os 24 anos com o ensino secundários completo	55,5	94,6			
% do PIB gasto pelo Estado com a Educação	5,3				
% da população com acesso à internet	42				
Nº médio de anos de educação formal	8,5				
Nº de jornais diários disponíveis por cada 1000 hab.	62				
% da população licenciada	21,1				
<b>TURISMO</b>					
Peso na economia (em %)		25			
Peso no PIB (em %)	14,4				
Crescimento estimado ao ano até 2020 (em %)		6			
Peso no emprego (em %)	18,8				

Fontes:

Expresso nº 2009 de 30/04/2011 (Portugal - Croácia);